

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

JOILSON ANUNCIÇÃO GARCIA

A entrada do Brasil no Conselho de Segurança da ONU:

Uma abordagem geográfica

São Paulo

2018

JOILSON ANUCIAÇÃO GARCIA

A entrada do Brasil no Conselho de Segurança da ONU:

Uma abordagem geográfica

Versão Original

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do grau de Bacharel em Geografia.

Área de Concentração: Geografia Humana e Geografia Política.

Orientador: Prof^o. Dr. André Roberto Martin

São Paulo

2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação

Serviço de Biblioteca e Documentação

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Garcia, Joilson

A entrada do Brasil no Conselho de Segurança da ONU: Uma abordagem geográfica / Joilson Garcia; Orientador, André Roberto Marin. – 2018

62 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Trabalho de Graduação Individual) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

Versão Original

1. Geografia. 2. Brasil. 3. Geopolítica. 4. ONU. 5. Conselho de Segurança. I. Martin, André Roberto, oriente. II. Título.

Nome: GARCIA, Joilson Anunciação

Título: A entrada do Brasil no Conselho de Segurança da ONU: Uma abordagem geográfica

Trabalho de Graduação Individual entregue a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do Título de Bacharel em Geografia.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Dedico esse trabalho a minha família que me apoiou em todos os momentos da minha vida, nos momentos de felicidade e de tristeza. Ao meu pai Sr. Antônio pela parceria desde sempre e a minha mãe Sr.(a) Maria por ser esse ser de luz que só me faz o bem. E aos meus caros colegas e amigos de graduação e meus professores que me acompanharam nessa ótima jornada na universidade.

Agradecimentos

Ao Prof. Dr. Antônio Carlos Robert Moraes (Tônico), que com suas aulas me fez despertar novamente o meu interesse na Geografia quando esse sentimento fraquejou dentro da minha mente.

Ao Prof. Dr. André Roberto Martin pelas orientações para a elaboração desse trabalho e pelas conversas sobre Geopolítica.

Aos funcionários das Bibliotecas Florestan Fernandes e Mário de Andrade por me tratarem com muito respeito quando utilizei seus espaços para a pesquisa do trabalho.

Aos meus amigos que jogam/jogaram basquete comigo as sextas-feiras no CEPEUSP, amigos das mais diversas instituições da USP.

Aos meus caros amigos de graduação que tiveram longas conversas sobre o trabalho em todos os momentos possíveis, desde os momentos mais banais aos mais importantes. Amizades que pretendo manter pelo resto da vida.

.

Epígrafe

All the greatest things are simple, and many can be expressed in a single word: Freedom; Justice; Honour; Duty; Mercy; Hope.

Winston Churchill

Todas as coisas grandes são simples e muitas podem ser expressas em uma única palavra: Liberdade, Justiça, Honra, Dever, Misericórdia, Esperança.

Winston Churchill

Resumo

GARCIA, Joilson Anunciação. **A entrada do Brasil no Conselho de Segurança da ONU: uma abordagem geográfica.** 2018. 62 f. Trabalho de Graduação Individual (Trabalho de Conclusão de Curso) – Departamento de Geografia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2018.

Neste trabalho se encontra uma análise de pequeno porte sobre o desejo de entrada do Brasil no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CS), visto a partir da Ciência Geográfica, com o Conceito de Poder de Claude Raffestein guiando o trabalho, vendo as áreas de influência dos membros do CS sendo cutucadas com a entrada de um “novo membro”. O Brasil não é o único país que deseja entrar no CS, vários países tentam também uma entrada para conseguir o poderoso poder de veto, uma reforma nas Nações Unidas também é reivindicada por muitos Estados-Nações membros da ONU, em sua maioria os Estados membros demandam uma nova distribuição de poder, já que o atual modelo da ONU e do CS beneficiam principalmente os países membros do CS, conhecidos como P5 (Estados Unidos, Rússia, Reino Unido, França e China). Isso terá um enfoque pela Geografia deixando de lado áreas como o Direito Internacional e as teorias dos internacionalistas.

Palavras-chave: Geografia Política. . Geopolítica. Brasil. Conselho de Segurança.

Abstract

GARCIA, Joilson Anunciação. **The entrance of Brazil in to the UN Security Council: A geographical approach.** 2018. 62 p. Individual Graduation Work (Completion of Course Work) – Department of Geography. Faculty of Philosophy, Letters and Human Science from University of São Paulo, 2018.

In this work is a small analysis about the desire of Brazil to enter the UN Security Council (SC), seen from the Geographic Science with the concept of power of Claude Raffestein guiding the work, seeing the areas of influence of SC members being nudged with the entry of a “new member”. Brazil is not the only country that wants to enter the SC, several countries are also trying to gain entry to the powerful veto power, a reform of the United Nations is also claimed by many states members of the UN, most members states demand a new distribution of power, since the current model of the UN and the SC benefit mainly the member countries of the SC know as P5 (United States, Russia, United Kingdom, France and China). This will focus on Geography, leaving aside such areas as International Law and Internationalist theories.

Keywords: Political Geography. Geopolitics. Brazil. Security Council.

Lista de Mapas

MAPA 1 – Países do G4 e do Coffe Club	42
MAPA 2 – Países com Arsenal Nuclear	51

Listas de Siglas

ONU – Organização das Nações Unidas.

CS – Conselho de Segurança das Nações Unidas (Órgão mais poderoso da instituição).

P5 – Cinco países membros permanentes do Conselho de Segurança (Estados Unidos, Rússia, Reino Unido, França e China).

G4 – Grupo de países que almeja a entrada no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas, formado por: Alemanha, Brasil, Índia e Japão.

Sumário

Introdução	13
O Brasil no Conselho de Segurança da ONU	15
O Conselho de Segurança da ONU	27
Tentativa de entrada em bloco no Conselho de Segurança – O G4	41
Considerações Finais	54
Notas	57
Referências Bibliográficas	59

Introdução

Este trabalho tem como abordagem principal mostrar uma aproximação do Governo Brasileiro com as políticas de afirmação de poder e soberania (o Brasil é um país soberano e democrático, mas tenta salientar e reforçar esses aspectos perante a Comunidade de Nações através das suas políticas de relações exteriores), onde articula junto a ONU a participação em diversas “forças de Paz das Nações Unidas”, sendo que no Haiti é ele quem detém o controle dessa ferramenta de poder e controle de Paz da ONU (isso ajuda a demonstrar a importância do Brasil no cenário internacional). A ONU tem papel preponderante no mundo em que vivemos, principalmente após o final da Segunda Guerra Mundial, onde ela foi devidamente fundada e alicerçada na Sociedade Contemporânea. O principal órgão da ONU é o Conselho de Segurança, formado por quinze países, mas com cinco permanentes com o Poder de Veto (P5), são eles: Estados Unidos, Grã-Bretanha, Rússia (antiga URSS), China e França.

O Conselho de Segurança foi criado como uma ferramenta para a manutenção da Paz e a para “o emprego da Paz”, sendo que os seus cinco membros permanentes despontam como as grandes superpotências da atualidade, seja pelo viés econômico, político, ambiental e militar. Ou seja, adentrar ao Conselho de Segurança permanente, é fazer parte do grupo das nações mais poderosas do nosso planeta. Muitos Estados-Nações reivindicam uma reforma no Conselho de Segurança Permanente da ONU, o Brasil é um deles, para ser exato o Brasil é um dos primeiros a almejar o cargo, isso já na época do Governo Vargas (GARCIA, 2011), mas a aspiração do Brasil a ser um dos atores principais do cenário político mundial vem desde a Liga das Nações (ARRAES, 2005).

Creio que o principal motivo do Brasil por trás do uso dessas políticas internacionais esteja pautado na tentativa de galgar a um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, o que está por trás da obtenção deste “assento”, a entrada no “clube” das grandes potências hegemônicas mundiais, fazer parte do grupo das nações que comandam a sociedade contemporânea em todos os seus aspectos, mostrando o Brasil como Líder Regional e Mundial.

A pesquisa tem como objetivo principal analisar a partir de um viés geográfico – utilizando o conceito de poder e de áreas/zonas de influência de Claude Raffestein – a busca do governo brasileiro, (com ênfase nos governos mais próximos de nossa era séc. XXI) para a entrada do Brasil no Conselho de Segurança Permanente da ONU, essa busca é tão “comum” aos governos nacionais que se pode até mesmo dizer que esse “desejo é relativo ao Estado Brasileiro”. O geográfico entra nessa pesquisa, pois afinal de contas o teatro de operações dos Estados Nacionais se dá na superfície do globo terrestre e na relação entre nações, na verdade com o advento das novas tecnologias, o cenário extrapola a superfície e chega até mesmo na órbita planetária (vide os satélites e a Estação Espacial Internacional), porém a pesquisa se concentrará nas políticas no que tange ao Brasil e o Conselho de Segurança da ONU.

O trabalho será dividido em três partes, fazendo uma análise geopolítica desse cenário, as partes são compostas: O Brasil no Conselho de Segurança da ONU; O Conselho de Segurança onde as relações de poder mais poderosas do mundo estão em jogo; sobre as aspirações do Brasil na entrada do Conselho de Segurança juntamente com o G4, ou seja, uma possível entrada do Brasil no CS em grupo juntamente com outros países dessa “Aliança”. (Alemanha, Brasil, Índia e Japão).

O Brasil no Conselho de Segurança da ONU

A tentativa de entrada no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (órgão máximo da instituição, que por sua vez pode ser vista como a instituição mais poderosa do mundo) pode ser considerada uma proposta de Estado, já que mudaram diversos governos no comando do país e essa tentativa política continua sendo tentada, não importando a orientação ideológica-política do governo, seja de direita ou de esquerda, como se pode observar nos governos Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva. Os governos tiveram abordagens diferentes para tratar esse caso, porém ambos foram em direção a essa política, no que tange as políticas de relações internacionais do Brasil.

A entrada do Brasil no CS viria para afirmar ainda mais a liderança política do Brasil na América do Sul como uma potência regional aumentado ainda mais o destaque do país no cenário internacional e no teatro de nações. Mesmo o Brasil não sendo um país central dentro do capitalismo, ele desempenha grandiosíssimo papel dentro desse sistema político-econômico, figura entre as 10 maiores economias do planeta, mesmo ela sendo baseada em um modelo Agrário Exportador, é um país com dimensões continentais e com população acima de 210 milhões de habitantes e também tem um mercado interno muito incipiente e dinâmico, e grande quantidade de recursos naturais, qualidades que sem dúvida fazem do Brasil um ator importante dentro do cenário internacional. Uma vaga no mais forte e principal grupo das Nações Unidas aumentaria ainda mais o papel do país, podendo fazer com que ele saísse de um papel de coadjuvante a um de ator principal.

Juntamente com o Japão o Brasil foi o país que mais participou do Conselho de Segurança rotativo, já que o CS é formado por 15 países, sendo que 5 são permanentes (P5) e os outros 10 rotativos, os mandatos desses países tem tempo pré-determinado, acabam expirando. Essas diversas participações no Conselho rotativo demonstram uma longa intenção do país de ter um papel de destaque no cenário internacional, de ser um dos países que ditam as regras ou pelo menos de sentar na mesma mesa que eles, já que o P5 são países altamente industrializados, com alto nível de tecnologia e com grande tradição internacional (EUA, Reino

Unidos e França), ou tem uma alta taxa de crescimento econômico ao ano, uma economia muito dinâmica, um mercado interno absurdo com mais de 1 bilhão de pessoas (China) ou são a outra parte da Guerra Fria extremamente poderosa no cenário internacional (Rússia). Com uma cadeira no CS o Brasil se equipararia dentro do cenário internacional a essas nações pelo menos em hipótese, já que os conflitos dentro do CS são inúmeros com as nações digladiando entre si, em um ferrenho embate político. Porém com o Brasil na mesma mesa que esses países no mais alto escalão do Poder mundial.

A intenção de entrada do Brasil no CS já acontece de longa data, deste a Era do Governo Vargas, no pós Segunda Guerra Mundial, quando os pracinhas brasileiros lutavam pela liberdade e democracia na Europa e no mesmo momento estava instaurada a ditadura Varguista no Brasil, inclusive o envio da Força Expedicionária Brasileira ao campo de batalha na Segunda Guerra Mundial passa por uma política de Vargas de colher os espólios no pós-guerra, com o Brasil ganhando uma ascensão no cenário internacional em virtude de sua ajuda as Forças Aliadas (GARCIA, 2012). Ou seja, deste o início da ONU o Brasil tenta uma vaga em seu mais alto escalão, claro que naquele momento do pós-guerra a ONU não tinha o mesmo poder e relevância que nos momentos atuais, pois estava apenas começando, porém os países que dividiram os espólios de guerra estavam reunidos em seu órgão máximo: EUA, Reino Unido, URSS e França –os Aliados da Segunda Guerra, que dividiram os espólios do Eixo: Alemanha, Itália e Japão. Taiwan entrou como manobra do Presidente Roosevelt e ainda depois foi substituída pela China, formando os cinco membros do atual CS. Quando o CS foi implantado foi cogitado um membro latino americano e um africano, esse plano era do Presidente Roosevelt (que não foi levado à frente porque não tinha o endosso total pelo Departamento de Estado dos EUA) e o Brasil nessa época juntamente com a Argentina já eram líderes regionais, o Brasil com ainda mais destaque porque lutou na campanha dos Aliados na Segunda Guerra e pela amizade do Presidente Roosevelt e do Presidente Vargas, então se um nome latino americano aparecesse provavelmente seria o brasileiro, porém o Poder de Veto já era instituído nesse período no CS (inclusive a ONU não seria fundada caso o Poder de Veto fosse retirado das potências patrocinadoras: EUA, Reino Unido e URSS), e o Brasil não mantinha relações diplomáticas junto a URSS, o Governo Vargas não mantinha contato com

eles por ser aliado político dos EUA, e por isso o voto brasileiro seria visto como uma duplicação do voto americano e assim que acaba a Segunda Guerra, inicia o período conhecido como Guerra Fria com embate geopolíticos entre os EUA e os Soviéticos. Então uma possível intenção de entrada do Brasil no CS seria barrada pelos Soviéticos assim que surgisse como demanda no próprio CS, pois para a inclusão de um novo membro, a votação de entrada para ele deve conter 2/3 de votos na Assembléia Geral e a unânime do CS. (GARCIA, 2012).

Com o cenário político da época ficaria impossível à entrada do Brasil no CS, assim que surgisse o nome do Brasil no pleito como novo membro seria barrado pelos Soviéticos, e também pelos Britânicos que queriam um CS enxuto com poucos países membros, sem contar que a presença do Brasil no CS, ajudaria a retirar um pouco da influência Americana na ONU e no mundo, já que geograficamente os dois países encontram-se no mesmo continente. Então o Brasil seria um encaixo nas relações internacionais dos EUA, podendo até mesmo desestabilizar a sua zona de ação política internacional, já que a diplomacia brasileira é reconhecida em todo o mundo e o Brasil é reconhecido como um país que não detém inimigos. É difícil fazer uma afirmação dessa envergadura, mas por isso e pela falta de relações diplomáticas com a URSS o Brasil não adentrou o CS da ONU, pela relação próxima do Presidente Vargas com o Presidente Roosevelt e também pela chamada Doutrina Aranha de Oswaldo Aranha² – Chanceler Brasileiro que foi chefe das relações internacionais brasileiras no Itamaraty – o nome do Brasil era visto com desconfiança, o Brasil não foi contemplado com uma vaga no CS permanente. A Doutrina Aranha consistia de apoio incondicional do Brasil aos EUA no cenário internacional em troca de auxílio americano na América do Sul, o Brasil ajudava uma potência global em troca de ser uma potência regional, essa política já era conhecida internacionalmente e com isso uma presença brasileira no CS era vista como uma duplicação do voto dos EUA, esse é outro motivo que também corroborou para o Brasil não conseguir a vaga. (GARCIA, 2012).

O Brasil busca uma representação de peso perante as organizações mundiais há bastante tempo, desde uma época pré-ONU na primeira grande instituição mundial, a Liga das Nações. Em 1926 o Brasil tenta uma vaga no Conselho Permanente na Liga das Nações em Haia. A vaga é entregue a Alemanha, por esse motivo (uma razão de princípio e de sentimento de vexame no cenário político

internacional) o Brasil abandona a organização em 1926 (CORRÊA, 2016). Esse sentimento de vexame seria um freio no futuro quando houve a fundação da ONU na Conferência de São Francisco, Getúlio Vargas trocou Oswaldo Aranha que foi substituído à frente do Itamaraty por Pedro Leão Velloso que recebeu orientações diretas do Presidente para tentar uma vaga no CS permanente com cautela, para o Brasil não passar por outra situação vexatória como na Liga das Nações. (GARCIA, 2012).

O Brasil por tradição é o país que tem o discurso de abertura na Assembléia Geral das Nações Unidas. Quando se analisa os discursos brasileiros em tal situação, pode-se identificar uma tentativa às vezes clara, outras nem tanto de entrada do Brasil no CS, uma candidatura indireta, diversos chanceleres e líderes de estado brasileiros fizeram isso. Como pode ser visto no discurso de Abertura da Assembléia com a Presidenta Dilma Rousseff em 2010 na ONU:

Mais recentemente, nos anos 90, o Brasil engajou-se, como ator central, nos debates sobre a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas e insistiu no imperativo de substituir-se uma globalização assimétrica por uma globalização solidária.

Este trabalho focara justamente na intenção de entrada do Brasil no CS, visto que é algo que os sucessivos governos brasileiros tentam desde a fundação da ONU, porém com um enfoque maior nos últimos governos do Brasil Democrático desde a Diplomacia Presidencial de Fernando Henrique Cardoso e a diplomacia do Itamaraty com o Presidente Luís Inácio Lula da Silva e a Presidenta Dilma Rousseff, devido o governo do Presidente Michel Temer ser muito recente e curto ele será deixado de lado no trabalho, assim como o período da Ditadura Militar.

O Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa também deixa clara a intenção de entrada do Brasil no CS, ele ainda expõe que esse é um desejo a muito esperado pela diplomacia brasileira:

Não logramos ainda o objetivo mais consistentemente exposto ao longo destes 67 anos de discursos na ONU: um assento permanente no Conselho de Segurança. Difícil dizer se estamos perto de alcançar este objetivo histórico da política exterior do Brasil. O certo é que já estivemos mais longe. E o que é mais importante, tal como decorre

de nossos discursos: não perdemos a coerência, nem tampouco a força de nossas postulações.

Em 1993 as relações diplomáticas brasileiras pedem uma reforma do Conselho de Segurança da ONU, visando à entrada do Brasil no CS, e que dessa maneira ocorreria um equilíbrio de poder e também representação Geográfica na instituição. Isso foi levantado na Abertura da Assembléia Geral pelo Chanceler Celso Amorin. (AMORIN, 2011).

Já em 1994 no discurso de abertura da Assembléia Geral novamente o Chanceler Celso Amorin faz um longo discurso onde mostra as intenções das relações internacionais do Brasil para com a ONU e o CS, pede novamente uma reforma do CS (assim com muitas nações pedem, essa é uma pauta pedida há bastante tempo e ainda muito atual nas Nações Unidas, uma redistribuição de poder dos P5 para com a Comunidade de Nações), pede e salienta a necessidade de representatividade de todas as regiões do globo terrestre na mais importante e poderosa instituição criada pelo homem, ainda mostra o peso do Brasil perante a Comunidade Sul-Americana e Latino-Americana e por necessidades de redistribuição de poder e representatividade geográfica o Brasil deveria ser um dos países a adentrar o CS como um novo membro (AMORIN, 2011).

Durante dois anos seguidos a chancelaria brasileira expõe de forma clara e muito transparente perante a comunidade de nações durante a Assembléia Geral da ONU que a instituição deveria passar por uma reforma, já que esse modelo atual (é uma situação do passado que ainda se encontra no presente em 2017) que vêm desde o fim da Segunda Guerra Mundial e com o início das ações e deliberações da ONU não pode mais ser sustentado, pois novos membros (países) adentraram a instituição e que esse modelo que é engessado acaba não ajudando a comunidade internacional como deveria, acho interessante lembrar que o CS é órgão que foi fundado na intenção de ser a última ferramenta para assegurar a Paz mundial e que seus membros que possuem o poderoso Poder de Veto iriam resguardá-la a qualquer custo (os quatro policiais mais a China – isso na fundação da instituição como idealizado por Roosevelt, que via dessa forma a divisão da Segurança Internacional, não deixando que os custos fiquem somente com os EUA), para que não ocorresse uma nova guerra mundial, um novo conflito em escala planetária. Sendo que na época da fundação da ONU o mundo tinha passado por dois imensos

conflitos que representaram a dor e a perversidade, então a questão da Paz e da Segurança eram vitais naquele momento. No momento contemporâneo o cenário internacional é outro, sendo que com a tecnologia atual um novo conflito nessa escala poderia causar danos irreversíveis à comunidade internacional, já que alguns países possuem armas de destruição em massa (como os membros do P5 e alguns outros países no mundo, mais a frente no trabalho há um mapa que mostram esses países).

O interessante é pensar que para os membros do P5 essa redistribuição de poder não é favorável, para eles o melhor é manter *o status quo*, com cada um dos países exercendo a sua zona de influência sobre outras nações que não detêm a mesma força no cenário internacional, o Brasil encontra-se neste cenário está sobre a zona de influência direta dos Estados Unidos da América. O Brasil sempre foi um aliado dos EUA, seja no âmbito comercial, econômico, político e militar. Ou seja, a influência dos EUA no território brasileiro é muito grande, sem contar que os dois países se encontram no Continente Americano um no Sul e outro no Norte. E a influência americana se estende muito além do território brasileiro, estendendo-se por toda a América do Central, do Sul, Europa Ocidental, Ásia e Oceania e uma possível entrada do Brasil no CS abalaria de alguma forma (com qual intensidade, isso é meio anacrônico e muito difícil de prever) a sua zona de influência e por consequência as relações internacionais americanas. Com o Brasil sendo um concorrente, mesmo o Brasil sendo um país periférico no Sistema Capitalista internacional, somente com esse status de concorrente, o país pode galgar sempre a vaga, mas não a conseguindo, os EUA não iriam deixar de perder sua influência internacional e com isso uma parte de seu grande poder sobre as outras nações da região, então para uma grande potência enquanto houver o debate e não ocorrer a mudança, seu poder dentro da instituição e no cenário internacional não muda e continua a ser um ator principal no mundo.

Já com o Governo de Fernando Henrique Cardoso, é instaurado um período nomeado pelos especialistas como Diplomacia Presencial, onde o Presidente FHC deixa o Itamaraty (que sempre ficou a frente das relações exteriores brasileiras) de lado juntamente com o Ministério das Relações Exteriores cuidando dos aspectos burocráticos e técnicos, e o próprio FHC toma conta pessoalmente da parte estratégica das relações internacionais brasileiras. Com o próprio Presidente

participando presencialmente em diversos eventos internacionais, FHC assume de vez a diplomacia brasileira (GARCIA, 2012). Acaba por se aproximar ainda mais de um antigo aliado os EUA, ele fala diversas vezes na abertura da Assembléia Geral da ONU e continua a seguir o discurso de renovação das Nações Unidas, do CS com o P5, mas nessas vezes em que o país expõe isso não foi na figura de um Chanceler e sim de um Chefe de Estado, o que dá um peso ainda maior a situação, posteriormente o Presidente Lula e a Presidenta Dilma também vão expor seus pontos na Assembléia Geral e em outros eventos internacionais das mais diversas esferas.

Em 2001 FHC em discurso³ na Assembléia Geral da ONU pede um CS mais representativo, diz que o atual não pode ser o mesmo da época do fim da Segunda Guerra Mundial. Propõe que sejam incluídos a membros permanentes, países em desenvolvimento que tenham credenciais para exercer as responsabilidades que impõe o mundo hoje no século XXI. Nesse ano específico em 2001 FHC não pede um assento no CS de forma explícita, o pedido está incluído no discurso, porém de forma implícita.

Em 2002 o embaixador Celso Lafer reitera a necessidade de reforma dentro do CS pede um aumento no número de membros permanentes e não permanentes e ainda salienta que o Brasil está apto a adentrá-lo assumindo todas as responsabilidades que vêm com o cargo.

Já no ano de 2003 o Presidente Luís Inácio Lula da Silva pede mais uma vez na Abertura da Assembléia Geral da ONU entrada do Brasil no CS, pede uma reforma no Conselho de Segurança e o legitima como órgão maior da defesa da paz mundial. Lula fala sobre o aspecto de paz e harmonia do Brasil, e como isso pode ser usado como forma de legitimação e agregação para a entrada do Brasil no CS.

Em 2004, Lula na Assembléia Geral da ONU pede uma reforma do CS, mas não pede uma cadeira para o Brasil, porém afirma que somente uma verdadeira reforma e não uma nova roupagem para a atual estrutura sem o aumento dos membros permanente é insuficiente para uma redistribuição de poder dentro da instituição.

No ano de 2005, porém dessa vez na Cúpula do Conselho de Segurança Lula fala novamente sobre uma reforma na instituição e uma ampliação dela também, onde países em desenvolvimento (caso brasileiro) ocupem cadeiras no Conselho Permanente e no Conselho Não Permanente.

O Chanceler Celso Amorim discursa na Cúpula de Chefes de Estado e de Governo do Conselho de Segurança, em seu discurso ele transcorre pela eficiência do CS, pelo papel de seus membros não permanentes (na época o Brasil se encontrava nessa situação) fala que os membros não permanentes devem também participar dos processos de tomada de decisão, que não é correto chamá-los apenas para ratificar decisões já tomadas pelos membros permanentes. Também questiona o uso do Poder de Veto e também salienta a reforma da composição do P5. Afirma que as mudanças pedidas pela comunidade internacional dependem dos membros procederem de maneira de irem de encontro a elas, e que o êxito do CS está na comunidade de países que reconhece a sua legitimidade e representatividade.

No ano de 2006 o Presidente Lula continua na saga de conseguir uma reforma do CS e que uma vaga seja atribuída ao Brasil, juntamente com Japão, Índia e Alemanha (grupo conhecido como G4), ele sustenta sua fala na Abertura da Assembléia Geral que a ampliação do CS passa pelo ingresso de países em desenvolvimento como membros permanentes e não permanentes e que a adoção dessa política tornaria o órgão mais democrático, legítimo e representativo.

Vendo esses dois governos: Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva, que são de ideologias opostas, vemos a aproximação de uma política de relações exteriores muito bem dirigida do governo brasileiro, a obtenção de um assento no CS na ONU, da vontade dos governos de participar das decisões mais importantes e relevantes do mundo contemporâneo, de fazer parte de uma elite mundial, de tomar às decisões que influenciariam milhares de pessoas ao redor do mundo independente em quais países as pessoas estejam. A aproximação desse objetivo em comum faz pensar que governos de ideologias tão diferentes e que buscam o mesmo objetivo, nos mostra que a tentativa de entrada no CS supera propostas de governo e **se torna uma proposta de Estado**, uma proposta do Estado Brasileiro. Já que FHC ficou 8 anos no poder, Lula também 8 anos no poder

e a sua sucessora Dilma Rousseff ficou mais 6 anos e todos esses governos convergiram no cenário das relações internacionais do Brasil com o objetivo maior de conseguir a entrada do Brasil na instancia máxima de poder mundial , são 22 anos em três governos diferentes buscando o mesmo ponto final, isso demonstra um objetivo comum que teve diferentes abordagens pelos governos no poder para ser conseguido e ainda não foi alcançado, mas esse desejo supera as ideologias e os partidos políticos nesse Brasil democrático do fim do século XX e início do século XXI.

No ano de 2011 a Presidenta Dilma Rousseff em seu primeiro discurso de Abertura na Assembléia Geral da ONU fala que as ações do Conselho de Segurança devem ser legítimas, porém a sua legitimidade passaria pela sua reforma. Ela ainda diz que o tema reforma do CS está em pauta de forma aberta por pelo menos 18 anos, e também afirma que o CS dever refletir a realidade contemporânea com novos membros permanentes e não permanentes e também dá ênfase a entrada de países em desenvolvimento. Afirma que o Brasil está pronto para assumir um cargo como membro permanente e que a Paz é um ponto de convergência no caso brasileiro: “Brasil é um vetor de Paz, estabilidade e prosperidade em sua região, e até mesmo fora dela”. (CORRÊA, 2016).

E quando se analisa a situação das relações internacionais e diplomáticas brasileiras é possível ver que o Brasil é um grande ator no cenário mundial, e que a sua atuação dentro das Nações Unidas é muito relevante. No ano de 2003 o Brasil ocupava a 51ª posição dentro do orçamento da ONU, e no ano de 2004 subiu para a 15ª, toda essa elevação nos gastos se dá em torno da posição brasileira na MINUSTAH (Força de Paz da ONU no Haiti em que o Brasil tem o controle civil e militar). Isso vai de encontro à tentativa do Brasil de mostrar força e relevância no cenário internacional, o Brasil continua com sua contribuição elevada na ONU e ela teve um significativo aumento após a catástrofe do Terremoto no Haiti no ano de 2010, entre os anos de 2010 e 2012, o Brasil foi do 13ª colocação para a 11ª colocação entre os países contribuintes da instituição. (Le Monde diplomatique, Fevereiro de 2016).

Uma missão de Paz da ONU é formada por diversas frentes (civil, corpo diplomático, polícia civil, polícia militar e militares das forças armadas) de diversos

países, o Brasil sempre participou das forças de Paz da ONU, desde quando elas foram instituídas pela instituição, porém com a MINUSTAH o Brasil lidera uma parte expressiva e importante no cenário internacional – a sua esfera militar. Este é um ponto importante para o país no cenário geopolítico, porque revela seu grau de comprometimento com a ONU e a sua aceitação pela comunidade internacional em vê-lo nessa posição tão importante e estratégica dentro do teatro das nações, não é pouca coisa ter o comando de uma força estrangeira em outro país sendo que a legitimidade de ação e força de qualquer nação passa pelo domínio do Estado, nesse caso um Estado que não é o brasileiro, pois o país opera em terras estrangeiras. Outro indicador da relevância brasileira no cenário internacional é que o Brasil também detém o controle do componente militar da MONUSCO (Força de Paz da ONU na República Democrática do Congo) uma das maiores forças de paz da organização. Claro que a atuação das Operações de Manutenção da Paz da ONU é totalmente questionável, mas acho que tratar sobre ela aqui foge do objetivo do trabalho.

Toda essa participação no cenário internacional demonstra que o Brasil é um país com grande atuação nas relações exteriores seja no âmbito econômico, diplomático e militar. Dentre os países que são chamados em desenvolvimento o Brasil mostra ser um forte ator internacional, com tantas participações em missões das Nações Unidas em diversos continentes e com o apoio da instituição ele mostra perante a comunidade internacional que deve sim ter um assento no CS.

Em 2011 o Brasil tinha uma rede diplomática de 228 postos no exterior: 140 embaixadas, 13 missões junto a organismos internacionais, 2 escritórios e 72 repartições consulares. (Portal R7). Esses dados mostram como a diplomacia brasileira está espalhada pelo globo terrestre sem contar que o Brasil é um país sem conflitos e inimigos declarados (como já foi salientado) e é uma nação que está em prol da Paz mundial, todas essas ações brasileiras corroboram para que o país consiga ser um membro permanente do CS.

O que pode e deve ser questionado é o seguinte, a obtenção de uma cadeira no CS, do fato de o Brasil se tornar um membro do mais importante e poderoso órgão das Nações Unidas, é realmente importante e relevante para a sociedade brasileira, o que essa política do mais alto escalão iria interferir no cotidiano dos

brasileiros, principalmente dos brasileiros comuns que não têm suas vidas pautadas de forma direta pela obtenção de uma vaga do Estado Brasileiro no CS.

O Brasil como todo país em desenvolvimento que se encontrou e ainda se encontra na periferia do sistema político-econômico capitalista, é cheio de desigualdades, até que ponto uma política, um projeto de governo para a obtenção de entrada no CS iria aumentar ainda mais essas desigualdades. Outro ponto, a superação dessas desigualdades não seria fator primordial para um projeto realista de entrada no CS, já que o Brasil tem todos os pré-requisitos para ser uma grande potência: extensão territorial – o Brasil é um país de dimensões continentais; recursos naturais – o país é muito rico no que tange a obtenção de recursos; grande população – o país tem uma grande população, afinal de contas para ser uma grande nação é necessário ter pessoas. Ou seja, a quebra das disparidades internas só iria fazer com que o Brasil desponta-se ainda mais no cenário internacional.

Devemos lembrar que toda nação é gerida, guiada por uma elite, essa elite serve a quem, aos interesses do próprio país ou ao que vêm de fora? Sem pensamentos xenofóbicos, porém para a obtenção de um objetivo tão grande e importante como a entrada no CS a elite política brasileira deveria voltar seus olhos para o território nacional e seus habitantes, antes de ir de encontro a um ponto de convergência que parece que estar muito longe de ser conseguido, não pela incompetência da diplomacia brasileira, mas sim pelo fato do P5 não querer ceder espaço e poder no cenário internacional. Por isso um projeto que transcende o Governo e vai para a esfera de um projeto de Estado deve ser pensado e para isso uma sociedade mais igualitária é primordial. Então um projeto bem aplicado e desenvolvido parece uma opção razoável para essa complexa questão, possivelmente um projeto articulado entre a esquerda e a direita brasileira, mas vislumbro isso acontecendo.

Um projeto de Estado pautado por uma estratégia e não pautado apenas pelo desejo, pelo menos três Chefes de Estado, discursaram perante toda a comunidade de nações pedindo uma reforma da instituição e que como resultado dessa reforma o Brasil deveria ser um novo membro do CS. Parece que falta sim um projeto bem formulado e articulado para a entrada do país na instancia máxima da organização, percebe-se uma vontade de entrada, porém essa vontade independente do governo

que estivesse no poder não foi suficiente para que o fato ocorresse e o principal ponto, quem é forte quer continuar forte e exercer seu poder e influência.

Porém o que realmente impede a entrada do Brasil no CS e uma reforma Nações Unidas é a influência cristalizada que o P5 detêm sobre a comunidade internacional, todos são países gigantes em todos os aspectos: econômico, político e militar. Esse ultimo aspecto é ainda mais absurdo, todos os membros do P5 têm forças armadas muito bem desenvolvidas, numerosas, que podem ser mobilizadas em poucas horas ao redor do globo terrestre e todos os cinco países têm armas de destruição em massa, algo que não está inserido no arsenal das forças armadas do Brasil. Só que o Brasil é signatário do Acordo de Não Proliferação de Armas de Destruição em Massa, e também acredita que com o uso descomunal da força não pode-se alcançar a Paz , é um país comprometido com a Paz Mundial e por isso e pelo seu caráter mediador, como apontado pela diplomacia brasileira estaria apto a ser novo membro do CS. A falta de *plano único estratégico unificado* dentro das fileiras dos partidos políticos nos corredores de Brasília está sendo sentido para obter tal objetivo, esse plano para que tivesse êxito teria que superar as barreiras das ideologias e passar por cima da dualidade esquerda e direita, falo isso no sentido de que, se entra um governo e depois outro e o plano não for continuado a obtenção de uma cadeira no CS ficará ainda mais difícil do que já é.

O Conselho de Segurança da ONU

Um pouco antes do termino da Segunda Guerra Mundial, com a Europa destruída pelos conflitos e a área do Pacífico também assolada com a destruição, principalmente com a deflagração das bombas de Hiroshima e Nagasaki, os países vencedores da guerra juntamente com a comunidade internacional, “sentaram-se” e “decidiram” que era necessário um organismo, um órgão para tentar manter a Paz Mundial, o modelo adotado foi o da Organização das Nações Unidas a ONU, que reuniria a comunidade internacional em seu ceio, com o objetivo principal de manter a Paz Mundial, no pós-guerra a questão da Paz e Segurança estava entre os principais tópicos da política internacional.

A ONU tem diversas divisões e estâncias, porém o seu principal Órgão é o Conselho de Segurança que no seu início era formado pelos países que receberam os espólios da Guerra: Estados Unidos, Reino Unido, União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, França e mais Taiwan que seria substituído posteriormente pela China, esses são os chamados P5.

Os rumos de criação da ONU foram tomados durante a Conferência de Dumbarton-Oaks, Conferência de Yalta e Conferência de São Francisco, todas feitas antes do fim da Segunda Guerra, onde os países que compõem o P5 decidiram o futuro da organização que estava por surgir. Na verdade o núcleo do P5 na época de sua criação era formado pelos Aliados que combateram a Alemanha nazista na guerra na Europa, ou seja, aqueles que realmente tinham o poder eram: os EUA, o Reino Unido e a URSS. A França foi anexada ao grupo devido a sua influência na cultura européia e americana e também por funcionar como outro escudo juntamente com o Reino Unido na Europa caso a Alemanha surgisse novamente como inimigo ou alguma outra nação da região. Já Taiwan foi escolhido por estar próximo ao Japão geograficamente e ser um aliado das três grandes nações ocidentais, dessa maneira Reino Unido e França patrulhava a Europa, Taiwan (que foi substituída posteriormente pela China) a região da Ásia no Pacífico contendo alguma tentativa de levante futuro dos japoneses e os EUA patrulhariam as Américas, dessa maneira foi moldado o núcleo duro⁴ da ONU, os países que iriam compor o CS permanente. (GARCIA, 2012).

O CS é o mais poderoso órgão da ONU superando até mesmo a Assembleia Geral das Nações Unidas, onde todos os países membros têm uma cadeira e direito a um voto para deliberação, todos os votos dos países na Assembleia Geral têm o mesmo peso não importando qual o tamanho da economia da nação, extensão territorial, quantidade de população e etc. Já no Conselho de Segurança o cenário é bem distinto, são 15 países que fazem parte do órgão, só que 10 dos países tem mandato temporário e não tem direito ao Poder de Veto, já os outros cinco tem mandatos permanentes e direito ao Poder de Veto e acabam compondo o núcleo forte de toda a ONU, Veto que inclusive paralisou a ONU diversas vezes.

As deliberações do P5 reverberam por toda a ONU e conseqüentemente por todo o mundo, é um grupo que em tese não pode deixar que ocorra um outro conflito em escala global e que deveria tentar minimizar a maior quantidade de conflitos entre nações e povos em todos os cantos do mundo zelando pela Paz mundial. No discurso tudo isso é muito bonito, mas como a história nos mostra realmente não ocorreu nenhum outro conflito em escala continental, planetária ou de grandes proporções desde o fim da Segunda Guerra Mundial, porém conflitos em escalas menores ocorreram e ocorre o tempo todo ao redor do globo, inclusive aqueles que incluem membros do P5 diretamente, como a Guerra Civil na Síria, onde Estados Unidos e Rússia utilizam táticas militares (envio de tropas especializadas, utilizam seus serviços de inteligência e o uso de bombardeios militares) para apoiar seus aliados políticos. Só que atualmente os problemas que abalam a Paz e Segurança vão além de iniciativas de atores estatais, atores não-estatais surgem e quebram aquela prerrogativa que pensavam que existiam na época de criação da ONU que apenas Estados-Nação poderiam causar um grande conflito, o terrorismo dos mais diversos gêneros diferentes, ao longo do século XX e XXI se mostrou um adversário que a ONU e as nações que a compõem tem muita dificuldade de conter, a atuação de empresas multinacionais que utilizam de meios escusos e violentos para obter seus objetivos não se importando com a vida humana e o bem estar do meio ambiente. Inclusive esse é um dos argumentos utilizado pela Comunidade de Nações para pedir uma reforma da ONU e do CS que está engessado desde a sua fundação e não mais representa a situação do mundo no século XXI.

Todos os membros do P5 como dito anteriormente são países muito fortes, verdadeiras potências, sejam pelo seu viés econômico, político e militar. No que

tange a esse ultimo aspecto todos os seus membros possuem arsenal de armas de destruição em massa (armas nucleares), que se utilizado em algum conflito irá trazer danos absurdos a comunidade internacional e a humanidade, como aconteceu no Japão. Porém um arsenal nuclear não é somente utilizado diretamente em combate, ele pode e é utilizado de forma a manter outras nações sobre seu juízo, onde apenas a posse, a menção a utilização dessas armas muito destrutivas já influencia de alguma maneira a nação mais fraca na relação entre os países, é uma maneira de imposição da força através do medo.

Outro ponto, todos esses países têm sua economia e parque industriais muito bem desenvolvidos com empresas multinacionais com sede dentro de seus territórios (Headquarters), a Rússia pode ser uma exceção se levarmos esses critérios, porém ela é a sucessora da URSS, e tem um parque industrial de forte peso só que esse não se compara aos outros membros do P5, a Rússia é o maior país do mundo em extensão territorial, com seu país na área dos continentes Europeus e Asiáticos e também o grande oponente político dos EUA, desde o fim da Segunda Guerra e o início da Guerra Fria.

Perante a comunidade internacional os P5 exercem um poder absurdo dentro do CS, uma vez tomada uma decisão por eles, ela pode ser discutida/questionada, porém não modificada, somente uma reunião com os P5 poderia mudar tal decisão, suas deliberações são consideradas absolutas, a chamada Formula de Yalta. (GARCIA, 2012). A comunidade internacional fica a sua mercê, inclusive os outros 10 países que compõem o CS não tem poder para anular ou modificar uma decisão, claro que países que são aliados políticos do P5 seriam informados e/ou consultados, caso algum dos P5 decida informar seu aliado político, mas mudar uma decisão é muito difícil. Por esse que é outro método engessado que vêm desde a fundação da ONU e que dá plenos poderes ao P5, a comunidade de nações pede uma Reforma do Conselho de Segurança da ONU e da organização como um todo. A comunidade internacional pede uma redemocratização porque uma instituição que têm 193 membros não pode ser totalmente influenciada por apenas 5 membros sendo que outras nações além do P5 contribuem para o orçamento da instituição.

O diplomata brasileiro e ex-diretor do Instituto Rio Branco João Almino em seu texto Inserção Internacional do Brasil: A Perspectiva Diplomática, afirma:

Mas de todas as reformas que atualmente se vislumbram, talvez a mais importante seja a do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que dever ser ampliado para refletir as mudanças no panorama internacional das últimas décadas e o peso de algumas potências regionais, o que o tornaria mais representativo, mais legítimo e eficaz. O Brasil tem defendido a ampliação tanto do número de membros permanentes, quanto de membros não permanentes. É a sua posição que sejam incluídos tanto países desenvolvidos quanto países em desenvolvimento entre os membros permanentes, sem que haja qualquer discriminação entre esses grupos de países (sendo inadmissível, por exemplo países desenvolvidos tenham assentos permanentes “plenos”, enquanto aos outros se aplicaria um critério de rotatividade para o preenchimento dos novos assentos permanentes)

Como pode ser visto no texto de João Almino o Brasil se posiciona mais uma vez pedindo uma reforma do CS com o ingresso de mais membros, sejam eles países desenvolvidos ou os considerados em desenvolvimento, outro ponto importante levantado pelo diplomata é a não distinção pelos novos membros via assentos rotativos e definitivos, ou seja, que países em desenvolvimento também comporiam as fileiras dos membros permanentes e não somente os países desenvolvidos, os novos membros teriam cadeira permanente quando ingressassem no órgão político, também não havendo diferença entre membros mais antigos do P5 e membros novos, pois o objetivo da reforma é a paridade e redistribuição de poder e não a diferença de poder, visando uma ONU mais justa e igualitária no cenário internacional.

Só que uma reforma no CS passa pela aprovação do P5, e a instituição como está no momento com o P5 prevalecendo sobre os outros membros não é de interesse do P5 mudar, pois uma mudança significaria perda de Poder e Influência sobre as outras nações e isso afetaria as estratégias dos membros do que formam o núcleo duro, perante a comunidade internacional como um todo.

Dos cinco membros do P5 três são os que influenciam o mundo com mais relevância atualmente, não que os outros dois não tenham mais influencia, eles têm e continuam exercendo-a, só que não com a mesma influência dos outros três, e eles são: os EUA, a China e a Rússia. Cenário diferente da época de fundação da ONU, onde EUA, URSS e Reino Unido eram considerados os todos poderosos.

Com a China tendo uma economia que só cresce nos últimos anos e importando para todos os cantos do mundo, montando filiais de suas fabricas ao redor do planeta, aumentando seu poderio militar com Pesquisa & Desenvolvimento de novas tecnologias: como Porta-Aviões e Caças de Combate e também com uma diplomacia que tenta resguardar seu comércio exterior. Os chineses acabam por influenciar e muito o cenário internacional, sendo atualmente um ator principal no teatro de nações. Eles apenas não superam a influência e contra-influência dos EUA e da Rússia, que continua sendo o grande embate geopolítico no século XXI devido à influência que eles exercem nas outras nações nos mais diversos campos, com destaque no campo econômico e político.

Quando falo no sentido de contra-influência, falo no sentido de uma nação tentar de alguma forma tentar desestabilizar uma ação já tomada pela outra parte, como dois jogadores em um tabuleiro de xadrez, porém sem um xeque-mate, somente com ações que derrubariam as peças não principais, com esses confrontos acontecendo em diversos frentes, mas os principais são a economia e a política desses gigantes, esses dois fatores são os principais ressaltados pois são eles que ditam os caminhos da Geopolítica no Teatro de Nações, principalmente pós queda da URSS. E como a influência dos EUA e da Rússia se emana pelos continentes, os países que são seus aliados acabam também entrando nesse jogo de xadrez, e muitas vezes acabam ficando no meio do fogo cruzado.

Os EUA e a Rússia são antagonistas desde o período da Guerra Fria que começou logo após o fim da Segunda Guerra Mundial e foi até a queda do muro de Berlim que simboliza o fim da URSS, o antagonismo continua com o fim desse período histórico e em um dos lugares que ele foi travado foi no CS das Nações Unidas, onde EUA e Rússia são as duas nações que mais utilizam o Poder de Veto para tentar frear a estratégia de seu adversário político, é um antagonismo que não é bem declarado, porém fica claro quando os países tentam barrar um ao outro. (ver Tabela 1 – a quantidade de vezes que o Poder de Veto foi utilizado ao longo dos anos no CS). Na **tabela 1** podemos ver quantas vezes o Poder de Veto foi utilizado pelos países do CS entre 1946 a 2008.

Emprego do “veto” no Conselho de Segurança por ano e país de 1946 a 2008

Período	China*	França	Grã-Bretanha	Estados Unidos	URSS Rússia	Total
Total	6	18	32	82	124	261
2008	1	0	0	0	1	2
2007	1	0	0	0	1	2
2006	0	0	0	2	0	2
2005	0	0	0	0	0	0
2004	0	0	0	2	1	3
2003	0	0	0	2	0	2
2002	0	0	0	2	0	2
2001	0	0	0	2	0	2
2000	0	0	0	0	0	0
1999	1	0	0	0	0	1
1998	0	0	0	0	0	0
1997	1	0	0	2	0	3
1996	0	0	0	0	0	0
1986-1995	0	3	8	24	2	37
1976-1985	0	9	11	34	6	60
1966-1975	2	2	10	12	7	33
1956-1965	0	2	3	0	26	31
1946-1955	0	2	0	0	80	83

*O país que vetou (a adesão da Mongólia a ONU) foi Taiwan, que de 1949 a 1972 ocupou o assento como membro do Conselho de Segurança correspondente a China. Fonte: ROSAS, Maria Cristina et all. Governança Global, Rio de Janeiro, 2009.

O geógrafo francês Claude Raffestin em seu livro *Por uma Geografia do Poder* versa sobre a geopolítica de maneira que coloca o poder em enfoque no seu debate, creio que para esse debate sobre a entrada do Brasil no CS e uma reforma da ONU e do CS o poder tem espaço fundamental, pois como dito antes as outras nações membros da ONU ficam sobre a influência dos membros do P5 e como esse debate passa por nações soberanas que fazem parte da instituição, o poder está diretamente ligado a essa questão. Pois como falado uma reforma no CS e na ONU seria uma perda de influência/poder pelas nações mais poderosas.

Segundo Raffestin perante os geógrafos existe uma idéia de consenso sobre o Estado: “O Estado existe quando uma população instalada num território exerce a própria soberania” (RAFFESTIN, 1980). Então três sinais são mobilizados para caracterizar o Estado: a população, o território e a autoridade. Para Raffestin toda a Geografia do Estado deriva dessa tríade. Para entender o território e conseqüentemente o Estado, códigos sintáticos e códigos semânticos são necessários. Sendo que os códigos sintáticos são: os que constituem as condições estruturais, como a dimensão, a forma e a posição; e os códigos semânticos são os que combinam os precedentes para denotar as funções, como território grande, território marítimo e território fragmentado. E finalmente o meu objetivo ao trazer Claude Raffestin para o debate: para traçar uma estratégia o uso dos códigos sintáticos e semânticos é fundamental. (RAFFESTIN, 1980).

Isso é importante porque para um estrategista, ou grupo de estrategistas de um Estado, porque para traçar uma meta/uma ação é necessário conhecer o próprio território e os territórios adjacentes. Dito isso, os estrategistas do Estado Brasileiro devem conhecer as capacidades do território nacional, a capacidade dos países adjacentes para então traçar um curso de ação para obter o objetivo necessário. Outra coisa que não pode ser esquecida é o onde, onde essa estratégia será implantada, digo isso porque a Doutrina Aranha foi utilizada pelo Estado Brasileiro no pré-fundação da ONU e também durante sua fundação, já que o Presidente Vargas pediu para o Chanceler Pedro Leão Velloso que votasse na Conferência de São Francisco (Conferência onde a ONU foi fundada com 51 Estados-Nações) optando sempre pela opção mais liberal, e também tentando fortalecer a Corte Internacional de Justiça e a Assembléia Geral, e também galgar uma vaga no CS permanente, mas se houvesse alguma resistência deveria votar acompanhando os

EUA, seu antigo aliado político, ou seja, os países vizinhos do Brasil ficaram em segundo plano, provavelmente se o Brasil fortalecesse o seu redor teria muitos votos e fariam pressão frente ao P5 para conseguir uma vaga permanente no Conselho.

Sabendo do desejo de entrada do Brasil no CS, sabendo que existe uma resistência pelos membros do P5 que comandam o CS e a ONU, os estrategistas brasileiros devem analisar a situação e ver o que o país pode fazer para chegar ao ponto desejado. Sabendo da força dos P5 e da influência que eles exercem na comunidade de nações e onde o Brasil se encontra perante ela, os estrategistas brasileiros viram que para a entrada do Brasil no CS uma coalizão seria o caminho mais viável para atingir o pleito tentado há tempos, o Brasil tenta isso, e é membro de um grupo conhecido como G4 que é composto por Brasil, Índia, Japão e Alemanha. Um grupo formado por países muito bem respeitados no cenário internacional, porém que também recebe resistência a sua entrada em bloco no CS por essa mesma comunidade internacional e por membros do P5 que de forma individualizada não aceitam alguns dos membros do G4 (a questão do G4 será mais bem trabalhada mais a frente do trabalho).

Claude Raffestin nos explicita que: “A Geografia Política, concebida como a geografia das relações de poder, poderia ser fundada sobre os princípios de simetria e de dissimetria nas relações entre organizações” (RAFFESTIN, 1980). No caso explicitado nesse trabalho, não só entre organizações, mas também entre Estados Nacionais, claro que as organizações e instituições que compõem cada Estado fazem peso na balança de poder mundial. E as dissimetrias, as discrepâncias entre as nações as diferenciam de todas as maneiras, seja no quesito demográfico, na extensão territorial, nos recursos que se encontram em seu território e nas instituições que compõem a nação. Essas diferenças que são bem acentuadas na comunidade internacional são refletidas no CS e na ONU, portanto para os países que se encontram na posição de influenciadores e não de influenciados, não é de maneira nenhuma interessante que uma reforma no CS e na ONU seja feita, na verdade a manutenção do *status quo* é o que é mais interessante e viável para eles, afinal a comunidade de nações pode reclamar, porém somente o P5 pode definitivamente mudar o modelo atual do CS e da ONU como um todo, pois esse foi e é o *modus operandi* da instituição, que como dito anteriormente só pode mudar com um total de 2/3 dos votos da Assembleia Geral mais a unanimidade do P5.

Raffestin também nos fala que: “O poder está em todo lugar; não que englobe tudo, mas vem de todos os lugares” (RAFFESTIN, 1980). Com essa afirmação creio que se pode entender que o poder e a influência dos países que compõem o P5 estão em todo lugar e por isso mesmo a comunidade de nações não consegue a tão esperada reforma do CS e da ONU como um todo, pois aqueles que teriam as condições de influência para tal mudança já estão no poder.

Raffestin faz proposições muito interessantes no que tange ao poder e a influência e para esse debate geopolítico elas são bem proveitosas já que tratamos de um jogo de poder feito por nações e a escala de ação é de nível global, pois a influencia e o poder do P5 está espalhado por todo o globo terrestre. Para Raffestin:

Toda relação é o ponto de surgimento do poder, e isso fundamenta a sua multidimensionalidade. A intencionalidade revela a importância das finalidades, e a resistência exprime o caráter dissimétrico que quase sempre caracteriza as relações.

Ou seja, nas relações internacionais onde as nações mantêm contato constante pelos mais diversos motivos: econômicos, políticos, culturais e etc; sempre haverá pontos onde o poder é exercido em uns em detrimento a outros e também ocorrerá resistências a esse poder, como é o caso da Reforma do CS e da ONU por parte da comunidade internacional.

Porém Raffestin nos esclarece que não é preciso relacionar o poder a uma área específica, pois o poder ocorre nas relações e essas são pautadas pela energia e pela informação:

Sendo co-extensivo de qualquer relação, torna-se inútil distinguir um poder político, econômico, cultural etc. Sendo toda relação um lugar de poder, isso significa que o poder está ligado muito intimamente à manipulação dos fluxos que atravessam e desligam a relação, a saber, a energia e a informação [...] Uma coisa é certa: a energia e a informação sempre estão presentes simultaneamente em toda relação [...] O espaço-tempo relacional é organizado pela combinação de energia e informação.

Sabendo disso fica claro identificar porque os países do P5 são os países mais poderosos do mundo e colocam as outras nações sobre seus campos de influência e poder. Historicamente são nações que despontaram na história do

sistema político econômico capitalista por algum motivo ou por fazer resistência à ele e claro que também por serem os grandes vencedores dos espólios da Segunda Guerra Mundial, destacando-se ainda mais nos campos da economia, política e do militarismo (pode ser repetitivo, mas acho importante ressaltar esses pontos, a cultura também é um ponto de destaque, porém cada povo tem a sua específica, acredito que a cultura de massas⁵ já não está inserida no campo da cultura e sim no campo da economia).

Só que os países que compõem o P5 são justamente as nações que conseguem colocar mais energia e adquirir mais informações nas mais diversas relações que detêm com a comunidade internacional, seja pela sua força econômica, pelo peso das suas instituições, ou seja, pela força das suas superestruturas estatais (aqui está inserido os serviços de inteligência) que acabam influenciando as outras partes das relações empregadas por esses países. As Relações de Simetria e Dissimetria como nos mostra Raffestin.

Como já foi ressaltado inúmeras vezes para o P5 é interessante manter as coisas como estão, porque afinal de contas uma mudança desse nível diminuiria e muito o seu poder e sua influencia frente a comunidade de nações e conseqüentemente perante seus inimigos políticos, como Raffestin nos disse a energia e a informação estão intrínsecas ao discurso, ao uso e ao emprego do poder. Raffestin publica seu livro em 1980, e essa sua idéia mostra-se e ainda é muito recente e atual. Desde a publicação do seu livro o tempo passou e os países membros do P5 continuam a ditar as regras do cenário internacional, a velocidade das informações estão ainda maiores com o boom das empresas de tecnologia e o encurtamento no tempo das comunicações de curtas e longas distâncias, a globalização nunca se fez tão forte como é agora, os países do P5 continuam sendo também os que mais têm força para despender ainda mais energia nas relações e nos fluxos do poder, mostrando serem verdadeiros gigantes perante algumas nações. Os P5 podem até serem grandes Tubarões Brancos nesse Oceano que é a Comunidade Internacional de Nações, mas países como o Brasil, Alemanha, Japão e Índia não são Peixinhos de Corais nesse cenário, são todos líderes de grande expressão que devêm ser levados em conta pela sua expressividade no cenário internacional, por isso pedem uma reforma na ONU, querem um lugar de destaque.

Outro ponto levantado por Raffestin, para ele o poder se cristaliza no trabalho, e o trabalho é o vetor mínimo e original das dimensões da energia e da informação. O trabalho seria/é a energia informada. Porém para Raffestin é um erro relacionar energia e trabalho. Porque o trabalho é força dirigida, orientada, canalizada por um saber:

Assim, a possibilidade do poder, e não o poder, se constrói sobre a apropriação do trabalho na sua qualidade de energia informada. O poder não pode ser definido pelo seus meios, mas quando se dá a relação no interior da qual ele surgiu. O poder utiliza seus meios para visar os trunfos

Com isso podemos perceber que a influência e o poder dos P5 somente aumentou ao longo do tempo sobre o espaço, nesse caso o globo terrestre e até mesmo fora dele (com o uso de satélites dos mais diferentes usos e com os programas espaciais). Raffestin nos fala que o poder se constrói em cima da apropriação do trabalho e os países do P5 são países centrais dentro do capitalismo, portanto o nível de apropriação do trabalho dentro deles é muito alto. Sendo que países como Reino Unido, França e Estados Unidos tem um sistema capitalista antigo e já consolidado, já a China não para de crescer sua economia e mantém um alto nível de apropriação do trabalho assim como os outros três países, a Rússia também tem uma economia grande, mas não se destaca nesse campo (como já ressaltado) tanto quanto os outros membros do CS, porém é a “herdeira” da URSS e tem o veto dentro da instituição sem contar que tem um aparato militar dos mais poderosos do mundo (destacando-se e muito nesse quesito).

Com essas informações é praticamente impossível pensar que existirá em algum momento uma reforma dentro da ONU como um todo e em especial no CS, mas como a comunidade internacional e o Brasil também salientam, uma reforma no CS seria uma forma de continuar com uma nova legitimação do CS e uma redistribuição de poder no cenário internacional que ajudaria na representatividade da comunidade de nações e em uma redistribuição de poder que é muito esperada pelos países membros da ONU que não estão entre os P5, dessa forma se adaptando a contemporaneidade. Claude também afirma que: “O poder visa o controle e a dominação sobre os homens e sobre as coisas” (RAFFESTIN, 1980). Nesse caso específico sobre outros Estados-Nações, então para uma espécie de

saúde mundial, uma reforma no CS é vital e crítica, um rearranjo com distribuição de poder é essencial para um bom andamento de uma política internacional “sadia”, porém isso em um cenário perfeito, quase uma utopia e como é bem sabido cenários perfeitos só existem para aqueles que estão ganhando e em posição de vitória e liderança, e utopias não existem no cenário da política, acho que o realismo político é mais propício para uma leitura do caso do que o idealismo.

Sobre o ponto que Raffestin nos afirma que o poder tem por objetivo o controle sobre os homens e sobre as coisas, na escala da política internacional essa afirmação tem ainda mais relevância, pelo menos penso assim, existem cinco países que controlam a organização que tem escala global e é composta por 193 membros, e a boa parte desses membros chegam a expressar publicamente que uma reforma na instituição é necessária, inclusive membros que têm um peso na comunidade internacional, e a reforma não entra em pauta ou é sempre adiada. Então, os países que estão em posição privilegiada dentro da instituição e fazem frente a todos os outros e têm capacidade de ir adiantando e/ou minando esse diálogo, ficam em uma posição confortável, por outro lado alguns membros do CS aceitam uma reforma de forma mais aberta como a França que apóia a iniciativa brasileira, que já declarou isso abertamente, como quando o Presidente François Hollande em visita oficial ao Brasil declara em discurso que:

A França é favorável a uma modificação da governança. Trabalhamos muito para que as Nações Unidas evoluam [...] E o Brasil deveria ocupar a vaga que lhe cabe no Conselho de Segurança.

Esse é um trecho de uma entrevista onde o Presidente Francês declara que o seu país é favorável a uma mudança na governança global e também mostra o seu apoio ao Brasil, anteriormente o Presidente Nicolas Sarkozy também já havia mostrado seu apoio à candidatura brasileira, portanto não é todo o P5 que está cristalizado e não está sujeito a uma mudança na instituição de maneira a fazer uma redistribuição de poder.

O Chanceler Antônio de Aguiar Patriota em entrevista para o jornal o Globo em 2013 nos fala que uma reforma é necessária para representar a multipolaridade contemporânea da política atual e para o não esfacelamento do órgão:

O contraste com o campo da paz e da segurança é evidente. Estão excluídas do centro decisório, nessa matéria, regiões inteiras do mundo, como a América Latina e a África. Uma estrutura de governança que não seja representativa gera frustração, dúvidas e questionamentos quanto à legitimidade e, portanto à eficácia, de seus atos [...] O maior risco que corremos é o de esfacelamento da credibilidade do Conselho de Segurança das Nações Unidas, minando sua capacidade de lidar com as grandes ameaças à paz. Perderemos todos se as novas crises internacionais acabarem tratadas por coalizões de países a margem do órgão ou sem respaldo do direito internacional.

Mais uma vez um alto membro do governo brasileiro expõe a necessidade de mudança do órgão que continua em resistir, mostrando que quem tem o poder quer continuar com o poder, as razões para isso podem ser diversas e cada estado nacional membro do P5 deve ter as suas, Patriota nos mostra que a América Latina e a África necessitam de representação no CS inclusive para o Conselho continuar com o seu Status na comunidade internacional para que as suas deliberações possam continuar a ser outorgadas pela comunidade internacional, pois uma instituição que se mantém engessada e não dá perspectivas para que ela possa ser modificada e ocorra uma redistribuição de poder, o que não aconteceu desde a sua fundação em 1946, pode ter descrédito e abrir espaço para que novas coalizões nasçam além do escopo da ONU e dessa maneira não respeitando o direito internacional e a comunidade de nações.

Na época da fundação do Conselho o Presidente Roosevelt pensava que um acento deveria ser distribuído para a África e dessa maneira ter essa região representada no CS com um acento permanente e devido ao apoio Brasileiro aos EUA se um país latino americano fosse contemplado esse seria o Brasil, inclusive isso ocorreu em uma das Conferências pré-fundação da ONU (Conferência de Dumbarton-Oaks) o Presidente Roosevelt expôs que o Brasil deveria ter um acento permanente no CS, vêm daí a tentativa e o jogo diplomático brasileiro para conseguir tal cargo na ONU, o que faria o CS ter ao invés de 5 membros permanentes ter 7 membros permanentes, o que esbarrou a candidatura brasileira foi que não havia consenso dentro do Departamento de Estado americano, a resistência dos Britânicos e Soviéticos que queriam um conselho enxuto para ter o comando dele mais fechado e dessa forma controlar o poder da instituição, outros

entraves foram o Canadá e a Austrália que também pleiteavam um cargo e como o Brasil mandaram tropas de suporte aos aliados na Segunda Guerra Mundial.

Tentativa de entrada em bloco no Conselho de Segurança – O G4

A questão da reforma dentro da Organização das Nações Unidas e de uma redistribuição de poder dentro da instituição é tão séria que algumas nações criam coalizões para uma possível entrada em grupo/bloco no Conselho de Segurança, buscando um acréscimo no número de países que compõem os Assentos Permanentes e também um aumento no número de Assentos Rotativos. Há pelo menos dois grupos fortes dentro dessa perspectiva: *Os Unidos pelo Consenso* (também conhecidos como *Coffe Club*) e o *G4*. Acredito que esses são os dois principais e mais fortes grupos Geopolíticos que pedem a reforma da instituição, mas também existem outros grupos de países como o *L. 69*, *Small5*, *G10*, *CARICOM* e *ACT* (Accountability, Coherence and Transparency)⁶.

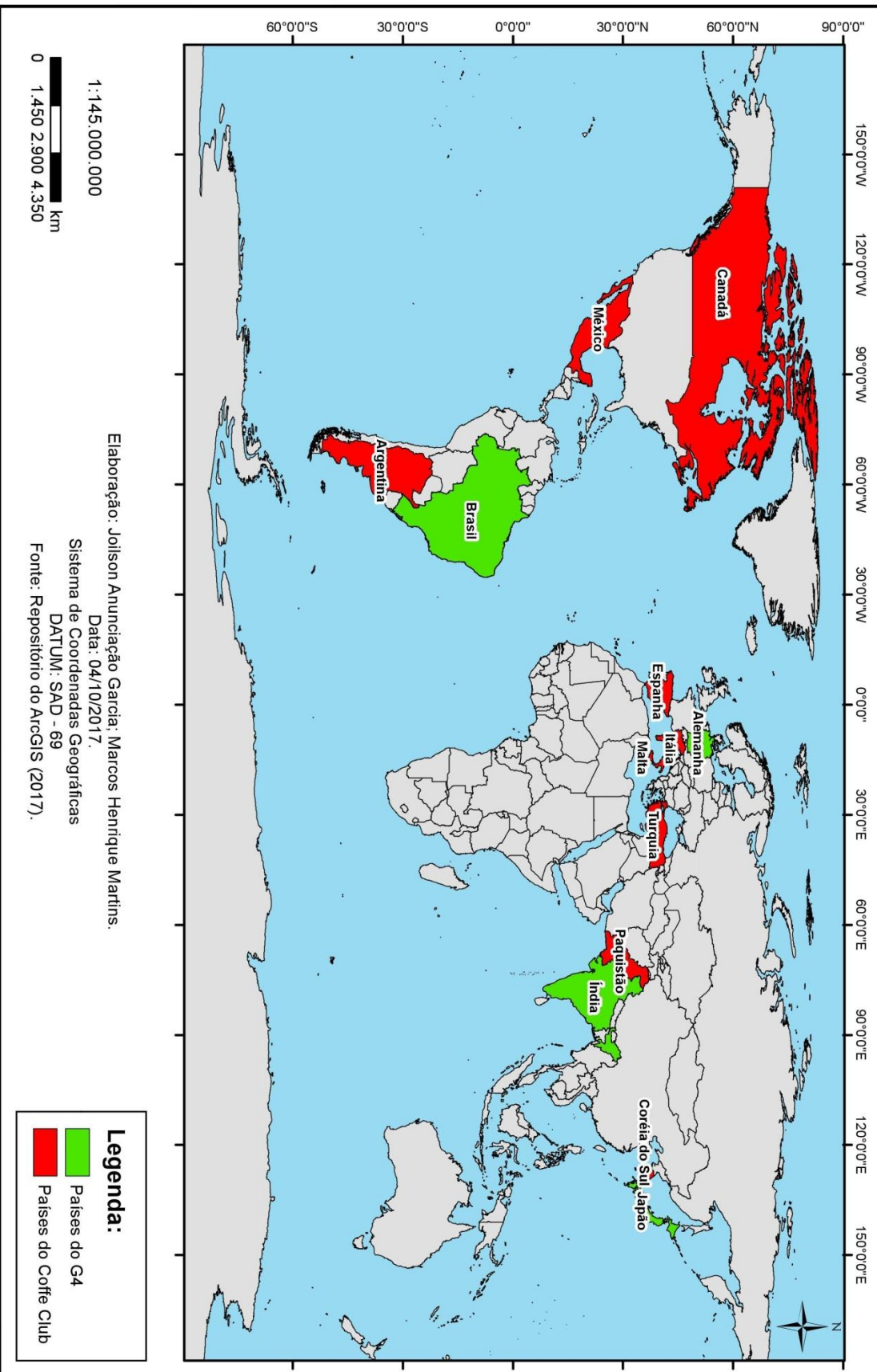
O Brasil faz parte de dois grupos, um deles é chamado de *L. 69* que é composto por cerca de 40 países em desenvolvimento de diversas regiões do globo, este grupo defende a expansão do CS permanente e também do não-permanente, os países do IBAS fazem parte do grupo: Índia, Brasil e África do Sul. (este grupo não será tratado nesse trabalho).

Já o outro grupo de países que o Brasil faz parte é o *G4*, grupo que é composto por duas grandes potências mundiais e dois países que compõem os BRICS: Alemanha, Japão, Brasil e Índia. Quatro países de grande expressão no relevo mundial e que em grupo se fortalecem ainda mais geopoliticamente. No cenário da ONU e do CS o ponto da reforma ganha intensidade a partir dos anos 1990, onde cada vez mais a comunidade de nações surge com essa pauta.

A criação do *G4* foi feita de formalmente em cúpula que foi patrocinada pelo Japão no dia 22 de Setembro de 2004, onde estiveram presentes: o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Primeiro-Ministro Japonês Junichiro Koizumi, o Primeiro-Ministro da Índia Manmohan Singh e o Vice Primeiro-Ministro e Ministro das Relações Exteriores da Alemanha Joschka Fischer. (Portal do Itamaraty sobre o CS)

No mapa 1 (Países do *G4* e do *Coffe Club*) pode-se ver dois grupos de países diferentes o *G4* e os Unidos pelo Consenso, e quais países compõem os grupos e a sua distribuição geográfica pelo mundo.

Mapa 1 - Países do G4 e do Coffe Club



O G4 defende a expansão do CSNU, permanente e não-permanente com uma maior participação dos países em desenvolvimento em ambas as esferas, para refletir a atual realidade geopolítica.

Com base no firme reconhecimento mútuo de que são candidatos legítimos a membros permanentes em um Conselho de Segurança reformado, os quatro países apóiam seus respectivos pleitos de forma recíproca⁷.

No ano seguinte, em 2005 o G4 apresentou na ONU projeto específico de resolução (A/59/L.64) que resulta numa expansão do CS para um total de 25 membros, sendo seis novos assentos permanentes atribuídos: 2 para a África, 2 para a Ásia, 1 para a Europa Ocidental e 1 para a América Latina e Caribe. Continuando a mesma proposta propõem mais 4 assentos não-permanentes: 1 para a África, 1 para a Ásia, 1 para a Europa Oriental e 1 para a América Latina e Caribe. Nessa proposta o G4 também previa reavaliação da reforma após 15 anos, onde seria considerada a questão do Poder de Veto, até essa revisão os novos membros permanentes comprometeriam não fazer uso do veto nas deliberações do Conselho de Segurança.

Com essa iniciativa o G4 mostra a sua intenção de reforma da instituição e já mostra uma proposta de mudança que engloba todas as regiões do globo para uma redemocratização que contém países da América Latina e da África continentes antes não englobados no projeto de 1946 na fundação da instituição, na cúpula de criação do G4 o Brasil afirma:

O Brasil está convencido de que somente a ampliação do número de assentos em ambas categorias – permanente e não-permanente – poderá sanar o grave déficit de representatividade do Conselho. Mais ainda, duvidamos que se possa, em boa fé, negar os dividendos que, em termos de legitimidade e eficácia, decorreriam do reforço de representatividade do Conselho [...] Por isso a expansão em ambas as categorias conta com o apoio de ampla maioria dos Estados-membros da ONU e deve estar refletida em futuro processo negociador. Nesse contexto, o Brasil tem procurado atuar com seus parceiros para injetar maior dinamismo político no processo de reforma⁸.

O G4 pede entre os seis assentos permanentes um assento para a América Latina e o Caribe, assento esse que estaria reservado para o Brasil, assim como o assento para a Europa Ocidental para a Alemanha e os dois assentos para a Ásia seriam para Japão e Índia. Um ponto importante é que quem teve a iniciativa de criar a cúpula foi o Governo Japonês que juntamente com o Brasil foram os países que mais participaram do Conselho de Segurança rotativo (não permanente).

Já houve uma mudança no Conselho de Segurança, isso ocorreu no ano de 1965 onde a quantidade de assentos não-permanentes foi aumentada de 6 para 10, mas desde dessa época nada de novo aconteceu, o CS foi aumentado para 15 membros no total, e isso não foi o suficiente para resolver as questões da representatividade e da multipolaridade, porém seu núcleo de poder como já foi deveras ressaltado continua intacto, preservando poder e influência dos P5, não é interessante ficar sendo repetitivo, mas é justamente essa cristalização da ONU que faz com que o Brasil procure sua reforma e sua representação na instituição, seja em um pleito sozinho ou em forma de grupos com o G4 e o L. 69.

O poder e a influência do núcleo duro da ONU é tão grande que países do G4 conseguem levar o assunto da reforma para a mesa de discussão, mas reforma e redistribuição de poder não acontecem, em reunião da Cúpula do G4 em Nova York no dia 26 de Setembro de 2015 (sim 2015, o G4 foi fundado em 2004, já aconteceu uma década de discussões) a Presidenta Dilma Rousseff discursa:

Senhores chefes de Estado e de Governo, eu queria dizer que a Cúpula do G4 ocorre em um momento bastante significativo. Este ano nós celebramos os 70 anos da criação das Nações Unidas, e também estamos celebrando os 10 anos de G4 [...] Acredito, também, que quando se trata da paz e da segurança coletiva, que hoje estão ameaçadas, esses resultados não foram muito avançados. Por isso, a reforma do Conselho de Segurança da ONU permanece como a principal questão pendente na agenda da ONU. Nós precisamos de um Conselho renovado, que reflita adequadamente a nova correlação de forças mundial muito distinta daquela de 1945. Precisamos de um Conselho de Segurança, legítimo e eficaz [...] Reafirmo, nessas palavras iniciais, o firme compromisso do Brasil com o G4, com o nosso objetivo comum de fortalecer o sistema multilateral de paz e segurança⁹.

Nesse discurso a Presidenta Rousseff reitera que a ONU já tem 70 anos como instituição e o grupo do G4 completou 10 anos, e durante boa parte desse tempo de 70 anos a pauta de reforma das Nações Unidas e do Conselho de Segurança ainda está presente, esse discurso é de 2015, esse trabalho foi escrito entre os anos de 2017 e 2018 e a reforma da instituição ainda não foi feita. Rousseff põe em destaque a Segurança e a Paz e como elas estão ameaçadas no período contemporâneo que é distinto do da época de criação da ONU, e que por isso uma reforma da instituição é o cerne da questão da ONU e do CS.

Em um editorial do Jornal Folha de São Paulo chamado “Nações Paralisadas” publicado em 23 de Maio de 2014, mostra descrença quanto a uma reforma do Conselho de Segurança e também uma falta de ação por parte do CS que se encontra impugnado devido o Poder de Veto:

Há anos discutem-se mudanças nas Nações Unidas com vistas a adequá-la aos novos tempos. Países como Alemanha, Japão e Brasil pleiteiam participação no colegiado permanente. Com mais membros, as decisões deveriam ser tomadas por maioria qualificada [...] Como é sabido, o direito de veto quase inviabiliza a tomada de decisões. Mesmo quando expressiva maioria se inclina por uma proposta, um único Estado pode impedir sua aprovação [...] As perspectivas, contudo, não são animadoras. Sob chave do realismo político, a ideia de reduzir ou compartilhar poderes não reduz os que hoje detêm a prerrogativa de bloquear a maioria.

O jornal mostra sua descrença quanto a uma mudança devido ao Poder de Veto da instituição e que qualquer mudança que redistribua o poder de forma a aumentar o multilateralismo político não viria a acontecer devido ao Poder de Veto dos P5, que inviabiliza qualquer política que não vá de acordo com o que cada um dos P5 pensam, sem contar que é justamente o Poder de Veto o que as Nações que participam dos grupos para a reforma da ONU buscam, pois é o Poder de Veto que diferencia e destaca os países do P5 de toda a Comunidade de Nações, pois o Conselho de Segurança é o único Órgão da ONU que pode autorizar sanções econômicas e ações militares de dentro da instituição, e o Poder de Veto quando é “invocado” barra as deliberações no ato, se a comunidade inteira de nações chegar em consenso quanto a uma deliberação e quando ela for levada para o CS e entrar na sua pauta, uma das Nações que compõem o P5 barrar a deliberação ela é

anulada e com isso ocorre o arquivamento da proposta. Então uma entrada no CS permanente é o acesso ao Poder de Veto e a possibilidade de travar a deliberação de um inimigo político por exemplo.

O G4 propôs que caso sua proposta de reforma fosse aceita, os países que sentariam nos assentos permanentes não usariam o Poder de Veto durante 15 anos, ou seja, durante esse tempo comporiam as mesas de negociações, mas não deliberariam, e que o Poder de Veto fosse revisto após esse tempo. Não posso especular, porém acredito que os países iriam querer usar o veto para fazer a redistribuição de poder dentro do CS e com isso atingir seus objetivos políticos, porém já foi levantado no cenário internacional uma possível aniquilação do Poder de Veto, acredito que os P5 não gostam nem um pouco da idéia de perder Poder e Influência no teatro de ações mundial.

Para conseguir seu objetivo político da reforma do CS o G4 conversa com outros Estados Nações membros da ONU para que a sua proposta tenha peso perante o P5, em 23 de Setembro de 2011 as margens da Reunião 66ª Assembléia Geral das Nações Unidas o G4 se reuniu, onde os seus representantes foram o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, o Ministro Federal para Negócios Estrangeiros da Alemanha, o Ministro das Relações Exteriores da Índia e o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Japão, existe uma prática do G4 de se reunir antes das reuniões da Assembléia Geral, as pautas são variadas, mas todas tem um ponto de vertente comum a Reforma das Nações Unidas e do Conselho de Segurança, nessa reunião específica o G4 libera uma nota conjunta oficial que diz o seguinte:

Os ministros discutiram a iniciativa de promover consultas com Estados-membros em relação a um projeto de resolução sobre a expansão do Conselho de Segurança em ambas as categorias de membros e o aperfeiçoamento de seus métodos de trabalho. A iniciativa foi apoiada por ampla coalização de Estados-membros, de todos os grupos regionais das Nações Unidas. Assim, os Ministros expressaram a opinião de que esse forte apoio deveria ser considerado como base para maior discussão nas negociações intergovernamentais em andamento para criar o momento necessário a negociações reais entre os Estados-membros neste assunto de tal importância¹⁰.

Tal atitude por parte do G4 não foi nova em tal ocasião, anteriormente no ano de 2005 o G4 já tinha feito uma aliança com outros países para conseguir seguir com sua ação de reforma do CS, em reportagem do Jornal Folha de São Paulo do Jornalista Rogério Wassermann publicada em 09 de Julho de 2005, o G4 fez uma aliança junto a União Africana:

O grupo G4, formado por Brasil, Alemanha, Japão e Índia e União Africana chegaram a acordo ontem, em Londres, para buscar uma proposta conjunta para o projeto de ampliação do CS (Conselho de Segurança da ONU). Segundo o chanceler brasileiro, Celso Amorin, as propostas originais dos dois grupos eram muito semelhantes, o que facilita uma possível proposta única.

Nessa mesma reportagem da Folha de São Paulo, Celso Amorin levanta um ponto primordial a questão do consenso, e que mesmo sem o consenso uma reforma é primordial para a instituição:

Amorin ressaltou a importância de se construir uma agenda comum. “Uma proposta conjunta nossa deslegitimaria muito quem não apoia a reforma do Conselho de Segurança com o argumento de que não há consenso para a mudança. Consenso total não existe nunca, mas essa união é um grande passo na busca de um apoio amplo”¹¹.

Então, o G4 já tinha ido atrás de alianças geopolíticas anteriormente a 2011, o que faz todo sentido, já que para uma reforma do CS somente votação com 2/3 dos votos da Assembleia Geral e mais os 5 votos do P5 são necessários para ocorrer qualquer mudança no CS, como mostra a Carta da ONU, outro ponto é que além de reivindicar as vagas permanentes que iriam para o próprio G4, eles reivindicam duas vagas para África, então uma aliança com os países da União Africana faz muito sentido, já que a União Africana engloba 54 países do Continente Africano.

Sem contar que o G4 como foi dito anteriormente não é o único grupo de países que tentam a reforma e a entrada no CS, os Unidos pelo Consenso (Coffe Club), o Small5, o CARICOM dentre outros também tentam o pleito, então o fortalecimento do G4 perante os outros grupos de coalizão internacional é sim uma forma de ser notado dentro da Comunidade de Nações e fazer a sua proposta ser ouvida e votada ao invés da mostrada por qualquer outra coalizão que não for a sua. O G4 faz um cerco geopolítico que já tem membros espalhados geograficamente

nas mais diversas regiões do globo, ação que fortalece ainda mais sua pretensão. Sendo que o componente geográfico foi utilizado na fundação da ONU para escolher os países que fariam parte do Conselho de Segurança não-permanente rotativo com mandato de dois anos, inicialmente na época da primeira eleição três países tiveram mandatos de um ano e outros três países mandatos de dois anos, o Brasil foi escolhido nessa ocasião para mandato de dois anos. (GARCIA, 2012).

A reforma no Conselho de Segurança é tão engessada que mesmo quando um Presidente da Assembléia Geral é favorável à mudança, o assunto continua na pauta, mas mudar que é o que faria uma redemocratização de poder e um Conselho que realmente satisfaria a Comunidade de Nações como um todo não acontece, Joana Cunha já falava isso em reportagem para a Folha de São Paulo, publicada em 24 de Novembro de 2013:

Quando os líderes mundiais concordaram, em 2005, em Nova York, que o Conselho de Segurança da ONU precisava de uma “reforma urgente”, já se poderia prever que a velocidade ficaria abaixo até das estimativas mais conservadoras, dada a variedade de posições conflitantes [...] Após oito anos de quase nenhum avanço, no entanto, a chegada do Antiguano John Ashe à Presidência da Assembleia-Geral, em setembro, promete colocar o tema de volta à mesa. Em seu primeiro mês no posto, Ashe criou um “grupo de consultores” formado pelo Brasil e por Bélgica, Liechtenstein, Papua Nova Guiné, San Marino e Serra Leoa [...] A principal função do grupo será, nas próximas semanas, levar um conjunto de ideais, ao Presidente da Assembleia-Geral para retomar negociações concretas até setembro de 2014. Ele, contudo, não tem mandato para redigir um projeto de resolução¹².

Mais uma vez pode-se ver que diversas tentativas de discussões, propostas, grupos e etc., foram feitas e o objetivo não é alcançado, mesmo com a figura do Presidente da Assembléia Geral sendo a favor de um debate e proposições para uma mudança do CS, criando até um “Grupo de Consultores”, que inclusive o Brasil faz parte, mostrando mais uma vez o engajamento do Brasil na pauta da reforma, e ela não é feita, como Joana Cunha bem salienta existem diversas posições conflitantes dentro das Nações Unidas, sem contar com o antagonismo dentro do P5, onde França e Reino Unido já se posicionaram por uma reforma ampla no CS e China, EUA e Rússia aceitam alguns países pontuais que não vão de acordo com os

outros membros do CS, como quando o Presidente Bush Jr, disse que apoiava a candidatura do Japão, mas o Japão é uma antiga rusga para a Geopolítica Chinesa, então mesmo com seu nome recebendo apoio americano, não seria aceito no CS devido ao Poder de Veto utilizado possivelmente pela China, ou seja, os antagonismos nessa escala geopolítica são enormes, um consenso entre os países que buscam a reforma já é difícil de existir, tanto que inclusive foi criada em Setembro de 2008 as Negociações Intergovernamentais justamente sobre a reforma do CS da ONU tendo como base as posições e propostas dos Estados membros da Assembléia Geral da ONU e com isso também foi criada a figura do Facilitador das Negociações Intergovernamentais, o plenário da Assembléia Geral é utilizado de forma informal como o foro negociador das Negociações Intergovernamentais.

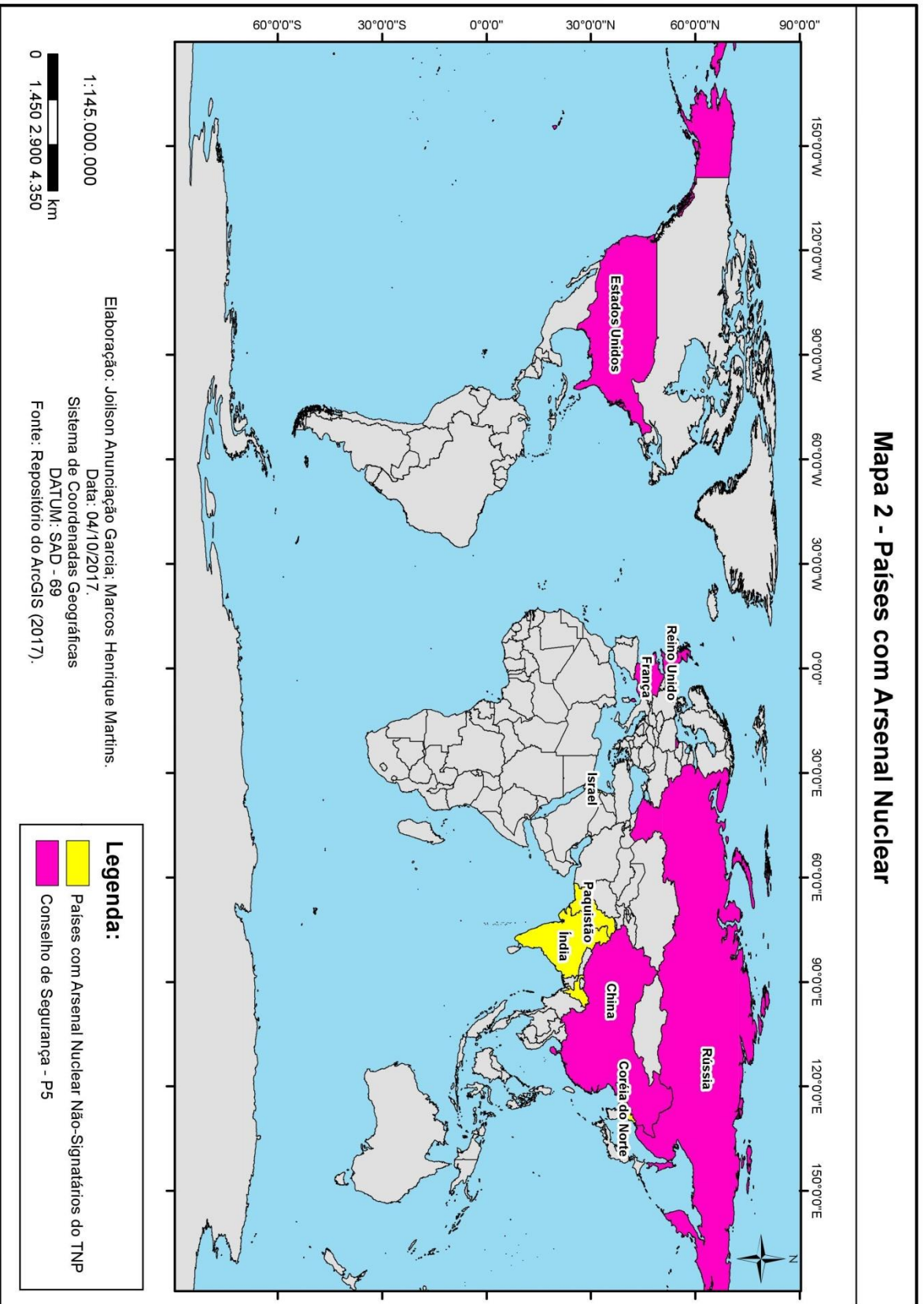
Em Fevereiro de 2009 ocorre à Primeira rodada de Negociações Intergovernamentais, já em Maio de 2009 acontece à segunda Rodada de Negociações Intergovernamentais com a presença do Facilitador, para tal função foi escolhido o Representante Permanente do Afeganistão na ONU, o Embaixador Zahir Tanin.

O Embaixador Zahir Tanin ficou a frente de diversas Rodadas de Negociações, era o homem que fazia a mediação entre as nações e os diversos grupos que reivindicavam e reivindicam a reforma do CS da ONU, por exemplo, era ele que estava no cargo em Dezembro de 2009 quando o G4 mais a África do Sul recolheram 140 Assinaturas para que ele o Facilitador preparasse o texto base para a rodada de negociações, 140 assinaturas em uma instituição onde se tem 193 membros compondo as suas fileiras é muita coisa, peguei esse exemplo no site do Itamaraty onde se tem uma cronologia¹³ referente à Reforma do CS, analisando essa cronologia fica ainda mais claro que a comunidade internacional busca mesmo uma mudança no órgão que é o centro de poder da ONU e consequentemente do mundo, porém pode-se ver também que não existe consenso como já foi reiterado pelo Embaixador Celso Amorin, há a criação de vários grupos sendo que cada um trata o tema de um jeito e faz as suas propostas, às vezes bem próximas umas das outras como as do G4 e da União Africana que foram tratadas anteriormente, e com isso formam uma segunda coalizão (G4 + União Africana, por exemplo). Mas, como também já foi dito anteriormente para ocorrer qualquer mudança em qualquer escala no CS é preciso 2/3 dos votos da Assembléia Geral mais os cinco votos do CS

permanente, sendo que esses cinco têm o Poder de Veto. Nem as figuras do Facilitador das Negociações Intergovernamentais, do Presidente da Assembléia Geral ou do Secretário-Geral da ONU podem mudar tal situação, porque no final das contas os P5 são os todos poderosos e controlam qualquer mudança dentro do seu foro e por isso as negociações não avançam e eles continuam com os seu poder Geopolítico de influência ao redor do planeta, o “xis” da questão está no momento da fundação da ONU os articuladores políticos dos EUA, Reino Unido e URSS se aproveitaram do *momentum* político que o mundo estava e teceram uma organização onde seu núcleo prevalece e muito sobre os outros membros.

E um outro fator a ser levado em conta sobre o G4 é que dos quatro países que constituem o grupo dois deles foram membros do Eixo durante a Segunda Guerra Mundial, claro que o panorama do mundo é outro a Alemanha e o Japão são considerados países desenvolvidos e eles sofreram as consequências por perderem a guerra e atentar contra a humanidade, a Alemanha teve seu território partilhado pelas potências ocidentais que venceram a segunda guerra, sofreu uma forte multa e teve o seu poder militar reduzido, tudo isso não impediu de atualmente a Alemanha ser o país mais forte economicamente da União Européia, seu território não está mais ocupado por nenhuma outra nação, porém o embargo para as suas forças armadas ainda está ativo. Assim como o Japão que após segunda guerra pagou multa aos EUA e teve seu território ocupado pelos americanos e assim como a Alemanha teve e ainda tem um embargo contra as suas forças armadas, e o Japão é um dos países líderes em tecnologia no mundo e por muito tempo liderou o Continente Asiático economicamente, dois candidatos fortes a um cargo no Conselho de Segurança, ou seja, os dois países tem embargos na sua esfera militar, porém é necessário lembrar que a ONU foi criada como uma forma de Aliança Política, onde o componente da Paz & Segurança está no cerne da instituição, a destruição provada em uma escala nunca antes vista no embate entre os Aliados e o Eixo, foram norteadores para a criação da instituição, tanto que a Comunidade de Nações de uma ONU que estava nascendo aprovou o Poder de Veto (que foi debatido e projetado na Conferência de Yalta, antes da Conferência de São Francisco de fundação da ONU) apresentado pelos 3 grandes policiais (EUA, Reino Unido e URSS), e como Eugênio Vargas Garcia salienta, se Veto não fosse aprovado provavelmente não existira a ONU (GARCIA, 2012).

Mapa 2 - Países com Arsenal Nuclear



Já Brasil e Índia também têm suas diferenças, a Índia tem uma população que é gigante e também é considerado um país em desenvolvimento, como o Brasil, mas o que diferencia a Índia dentro do grupo do G4 é o seu Componente Militar e sua Capacidade Nuclear para fins militares no mapa que se encontra na página 51 podemos ver o “clube atômico” – Países com Arsenal Nuclear.

O fato de uma nação ter uma Capacidade Nuclear para fins energéticos já é algo considerado de extremo “valor” tecnológico, agora conseguir usar esse mesmo componente de Capacidade Nuclear para fins militares já é outra história, fora o fato de desenvolver um artefato nuclear, ainda tem a dificuldade de colocar esse artefato em algum lugar para usá-lo como em um míssil balístico que pode ser disparado de um silo de seu território continental ou de submarino, o que traz mais mobilidade a capacidade de fazer tais tipos de disparos, como podemos ver no mapa, pouquíssimos países tem o controle sobre tal tecnologia e a própria ONU cria embargos e sanções contra quem tenta desenvolver tal tecnologia para fins militares, o Brasil, por exemplo, no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso assinou todos os tratados de não proliferação de armas de destruição em massa, o que inclui armas nucleares e biológicas. (GARCIA, 2012).

Contudo todos os membros do P5 que compõem o chamado núcleo duro da ONU têm capacidade militar, os EUA inclusive já deflagraram dois desses artefatos durante a Segunda Guerra contra o Japão, nas tragédias de Hiroshima e Nagasaki, e o mundo pode assistir a capacidade de destruição dessas bombas. No período pós Segunda Guerra, a dualidade de oposição EUA e URSS, que ficou conhecida como Guerra Fria, uma Guerra Geopolítica não declarada, viu-se um fortalecimento dessas duas nações em sua Capacidade Nuclear, que foi acompanhada não na mesma medida pelos outros membros do P5, porém Reino Unido, França e China, também têm arsenais nucleares nas fileiras de suas Forças Armadas, ou seja, os P5 tem em seu componente militar ponto de destaque, em poder de fogo e tecnologia para poder empregá-los. Esse é mais um ponto em que os P5 se destacam dentro da Comunidade de Nações e se diferencia de países do G4, a Índia tem arsenal nuclear assim como seu vizinho Paquistão, esses dois países tem rugas antigas, então geopoliticamente falando faz sentido ambos terem Capacidade Nuclear (lembrando que Índia, Paquistão, Israel e Coréia do Norte não são países signatários do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares). Dentro do P5 a

Índia se aproximaria mais da China, mas não mostrou capacidade de econômica na mesma taxa que os Chineses ainda, fazendo com que ela não se equipare a nenhum dos P5 Geopoliticamente.

Mas o que falta ao G4 e qualquer outro grupo de países que tentam uma reforma do CS da ONU é a capacidade de fazer com que qualquer deliberação passe pelo P5, já que no fim das contas, eles detêm o Poder de Veto que acaba “parando” qualquer tentativa de mudança e o usam para não perder poder/influência.

Considerações Finais

O tema da Reforma do Conselho de Segurança da ONU está na pauta da instituição desde praticamente as primeiras reuniões, ainda em Londres, mesmo antes da Sede da Assembléia Geral se mudar para Nova York no Hunter College no Bronx, e a cada dia ela se faz mais presente e atual, justamente porque o cenário Geopolítico do mundo não é mais o mesmo do Pós Segunda Guerra e também da Guerra Fria, então uma redistribuição de Poder e Influência dentro do CS e da ONU viriam a colocar a instituição de acordo com as propostas da contemporaneidade de ações da Comunidade de Nações.

Só que a forma como a ONU e o CS foram “tecidos e redigidos” inviabiliza a mudança de uma forma que trava até mesmo as discussões sobre o assunto, a premissa de um Conselho de Segurança mais fechado e de alcance Global e com o Sistema de Paz & Segurança compartimentada como quiseram Roosevelt e Churchill, com o mundo sobre a “Tutela dos Poderosos”, foi e é “eficaz” para aqueles que detêm o Poder. (GARCIA, 2012).

O Veto discutido antes mesmo de se findar a Guerra na Europa e no Pacífico, foi desenhado nas Conferências de Dumbarton-Oaks e Yalta, e apresentado a Comunidade e Nações e ao Mundo na Conferência de São Francisco, o Poder de Veto foi empurrado goela abaixo, e foi aceito, pois o mundo passava por uma catástrofe produzida pelo homem que nunca tinha feito nada em escala tão grande e aterrorizadora, o medo ajudou a passar o Veto, e conseqüentemente com isso a paralisação do CS sempre que um dos P5 não vão de acordo com o que fosse apresentado na mesa de negociações.

E esse cenário de interrupção nas negociações apresentadas se encontra até hoje, membros do próprio conselho permanente (França e Reino Unido) já expressaram seu apoio a uma mudança que seria bem-vinda, outros membros aceitam um país, mas são contra a entrada de outro, e com isso o jogo de cadeiras continua e continua e mudança representativa e de expressão nada. Isso mostra como o “jogo” Geopolítico está mais vivo do que nunca, e ainda vai se acentuar

mais, com o advento da Tecnologia da Informação e conseqüentemente também a chegada da Guerra Cibernética, seja por Atores Estatais, Industriais ou Autônomos.

E o Brasil assim como toda a Comunidade de Nações encontra-se na margem dessa situação, onde a demanda pela reforma é real e apoiada por grande parte dos membros da ONU e mesmo assim não acontece, o que falta é consenso por aqueles que buscam o pleito de entrada no CS, o que também atrapalha que ocorra uma mudança, seja uma grande mudança, como a extensão do Poder de Veto a outras nações ou a sua exclusão por todos os países do P5, a entrada de novos membros permanentes e não-permanentes fica comprometida por tal situação.

Como explicado pelo Historiador e Embaixador Eugênio Vargas Garcia, na diplomacia indivíduos fazem a diferença, o afastamento do Chanceler Oswaldo Aranha que mantinha “boas” relações com o Departamento de Estado dos EUA e o não apoio total do Presidente Franklin Delano Roosevelt a um pleito brasileiro na época da criação da ONU são apontados como os principais motivos do Brasil não ser um membro do CS permanente, e isso já é amplamente discutido na literatura e realmente tenho que concordar quanto a esse ponto. Roosevelt não tinha o Departamento de Estado inteiro a seu favor nessa questão, a saída do Secretário de Estado Cordell Hull e a sua substituição por Edward Stettinius também corroborou para frear o nome do Brasil nesse trame Geopolítico.

Logo após esse período onde o nome brasileiro apareceu instigado pelo Presidente Roosevelt, nunca mais o Brasil teve uma chance tão próxima como esta, mesmo no restante do Governo Vargas, durante a Ditadura Militar Brasileira e depois no período democrático. O Presidente Lula colocou o Brasil mais uma vez em evidência dentro do cenário internacional, voltou com as atribuições de planejamento diplomático ao Itamaraty acabando com a Diplomacia Presidencial do Presidente Fernando Henrique Cardoso, aumentou o número de embaixadas brasileiras pelo mundo, o Brasil liderou uma missão de Manutenção da Paz no Haiti (MINUSTAH) teve o Comando Militar da Missão de Paz no Congo (MONUSCO), isso fora o país ter território continental, população grandiosa, boa relação com seus vizinhos de fronteira, economia dinâmica e ter um ótimo reconhecimento internacionalmente, o

que faz do Brasil um forte candidato a uma vaga no CS permanente no século XXI, com condições de ser o representante da América do Sul e América Latina.

Porém, fazendo uma analogia, O P5 é como se fosse um Clube, um Clube onde todos gostariam de entrar e participar, e alguns membros do clube até aceitam novos membros e até mesmo que o clube mude a sua forma de atuar, mas não os membros mais poderosos do clube, eles falam que aceitam uns e não outros, mas na verdade eles querem é que as coisas continuem do jeito que está os outros podem até conversar sobre fazer uma mudança no clube, quantos membros novos vão entrar e etc. Na verdade para aqueles que comandam o clube isso é até bom, enquanto não existir um consenso e eles sabem que não vai haver um consenso, pois em geopolítica diversos fatores fazem parte e rugas do passado dificilmente cicatrizam e quando cicatrizam deixam marcas. Então continuem conversando, desde que não cheguem a um consenso, só que mesmo se chegarem não tem problema, porque só os membros que idealizaram o clube podem aceitar se um novo ou novos membros podem entrar, ou seja, aqueles que idealizaram a forma como o clube foi criado, foram aqueles “mais espertos”, não sei se previram o futuro, mas a instituição que criaram os manteve no poder por muito tempo e acredito que ainda vão ficar nessa posição, já que eles têm a condição de barrar qualquer mudança, se quatro dos cinco concordarem que está na hora de mudar e somente um deles for contra, pronto o clube continua como está, vai ocorrer muito barulho e descontentamento por isso, só que seu Poder e Influência continuaram os mesmos, inclusive os dos outros quatro membros. O Conselho de Segurança das Nações Unidas é o órgão mais forte da instituição pode promover embargos e deliberar sanções militares, algo de cobiça por todos os Estados Nacionais que não fazem parte de suas fileiras, o Brasil inclusive, quando o Conselho vai mudar se é que vai mudar é impossível de prever até mesmo pelos mais entendidos do assunto e caso o Brasil consiga uma vaga entre as sua fileiras, ele ganhará o prestígio e todos os pontos positivos do cargo, mas as obrigações vão estar em outro patamar, agora o quanto isso vai impactar o brasileiro comum no seu cotidiano já é outra história em um teatro onde a Geopolítica está cada vez mais presente e incipiente.

Notas

1 - Ponto muitas vezes salientado nas aulas de Teoria e Método do Professor Antônio Carlos Robert Moraes, onde ele falava que para um país ser potência e ser reconhecido no cenário internacional, é preciso que ele tenha alta densidade demográfica, grande território e recursos naturais exploráveis dentro do seu território;

2 – Oswaldo Euclides de Sousa Aranha é reconhecido como um dos grandes membros da Diplomacia Brasileira, ele tinha laços de proximidade junto ao Departamento de Estado dos EUA e moldou as relações internacionais do Brasil enquanto era Ministro das Relações Exteriores, suas políticas de apoio aos EUA fizeram surgir um sentimento de que o Brasil “dava” as costas aos seus vizinhos fronteiriços da América do Sul e aos países próximos da América Latina. Aranha também foi o único brasileiro a ser Presidente da Assembléia Geral das Nações Unidas (GARCIA, 2012);

3 – Todos os discursos do Chanceleres e Presidentes de Estado Brasileiros foram retirados, ou do site do Itamaraty em Portal sobre a Reforma do Conselho de Segurança da ONU ou do Livro da FUNAG organizado pelo Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa, ambas as referências encontram-se abaixo nas Referências Bibliográficas;

4 – Roosevelt pensava em um Conselho de Segurança com pelo menos um país da África e possivelmente um país Latino Americano, e em reunião junto aos outros vencedores da Segunda Guerra, propôs o nome do Brasil, porém Churchill não via o pleito brasileiro com bons olhos, pois queria um CS com o foco na escala Global e não Regional, tanto que não aprovava a entrada de Taiwan, a influência de Roosevelt foi primordial para a entrada do país asiático, esse é um dos motivos do CS ser enxuto (GARCIA, 2012);

5 – Entendo por cultura de massas toda disseminação de cultura que é entregue a grande número de pessoas e é capitalizada para isso, como a indústria do cinema mainstream e da música mainstream, ambas ocidentais e importadas para qualquer país desde que renda altos lucros para seus criadores;

6 – Esses são os principais grupos de países que pedem uma reforma do CS da ONU, o ACT, por exemplo, não pede um aumento do número de assentos permanentes e não-permanentes. O G10 é parte da União Africana, na verdade são dez países que levam as deliberações sobre o debate da reforma para os outros membros da União Africana atuam como líderes dentro desse grupo. Já o CARICOM representa os países da América Latina na Região do Caribe;

7 – Portal do Itamaraty dedicado a Reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, trecho retirado do tópico O Brasil e a Reforma, site do portal está nas referências bibliográficas;

8 – Ver nota anterior;

9 – Discurso da Presidenta Dilma Rousseff na Cúpula do G4, o link com o discurso está nas referências bibliográficas;

10 – Link para a nota conjunta dos ministros do G4 nas referências bibliográficas;

11 – Link para a reportagem nas referências bibliográficas;

12 – Link para a reportagem nas referências bibliográficas;

13 – Dentro do Portal do Itamaraty há um campo Cronologia das Negociações, onde se tem boa parte das atividades do G4 por data em que ocorreram.

Referências Bibliográficas

ABDENUR, Adriana Erthal; HAMANN, Eduarda. O futuro do Brasil nas operações de manutenção da paz na ONU. *Le Monde diplomatique Brasil*, Acervo Online, publicado em 12 de Abril de 2017. Acesso: www.diplomatique.org.br/o-futuro-do-brasil-nas-operacoes-de-manutencao-da-paz-da-onu/ Acesso feito em 24 de Junho de 2017;

ADAMS, Simon. O Brasil poderá salvar a ONU? *O Estado de São Paulo*, publicado em 5 de Agosto de 2013. Acesso: www.csnu.itamaraty.gov.br/artigos?id=93 Acesso feito em 15 de Janeiro de 2018;

ALMINO, João. Inserção Internacional de Segurança do Brasil: A Perspectiva Diplomática *in* O Brasil e o Mundo: Novas Visões – Coletânea: BRIGADÃO, Clóvis; JÚNIOR, Domício Proença (Organizadores). Fundação Konrad Adenauer, Centro de Estudos das Américas e Grupo de Estudos Estratégicos – Editora Francisco Alves, Rio de Janeiro, 2002;

AMORIN, Celso. A reforma da ONU. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011;

ARRAES, Virgílio Caixeta. O Brasil e o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas: dos anos 90 a 2002. *Revista Brasileira de Política Internacional*. Brasília, 2005;

BLANCO, Ramon. A miopia brasileira na construção da paz internacional. *Le Monde diplomatique Brasil*, Edição – 103, publicado em 4 de Fevereiro de 2016. Acesso: www.diplomatique.org.br/a-miooia-brasileira-na-construcao-da-paz-internacional/ Acesso feito em 24 de Junho de 2017;

Carta da Organização das Nações Unidas – Carta em português. Acesso e Download: www.csnu.itamaraty.gov.br/documentos# Acesso feito no dia 15 de Janeiro de 2018;

COSTA, Wanderley Messias da. Geografia Política e Geopolítica. EDUSP – São Paulo, 2013;

CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas. O Brasil nas Nações Unidas: 1946 – 2011. Organizador CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas *et al.* 3ª Edição Fundação Alexandre Gusmão – Brasília, 2016;

CUNHA, Joana. ONU cria grupo para tentar reviver reforma de Conselho. Folha de São Paulo, publicado em 24 de Novembro de 2013. Acesso: www.csnu.itamaraty.gov.br/artigos?id=91 Acesso feito em 15 de Janeiro de 2018;

Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, por ocasião da Reunião de Cúpula do G4 – Nova York, 26 de Setembro de 2015. Acesso: www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/11922-discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-por-ocasio-da-reuniao-de-cupula-do-g4-nova-york-26-de-setembro-de-2015 Acesso feito em 15 de Janeiro de 2018;

Documento – Nota Conjunta – Reunião Ministerial dos países do G4 (Brasil, Alemanha, Índia e Japão) à margem da 66ª Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas – Documento encontra-se no site do Itamaraty no Portal sobre a Reforma do Conselho de Segurança na parte III – Declarações Ministeriais do G4;

Editorial da Folha de São Paulo – Nações Paralisadas. Publicado em 24 de maio de 2014. Acesso através do Portal do Itamaraty www.csnu.itamaraty.gov.br/artigos?id=95 Acesso feito em 15 de Janeiro de 2018;

FERNANDEZ, Benjamin. O fracasso das Nações Unidas no Haiti. Le Monde diplomatique Brasil, Acervo Online, publicado em 18 de Janeiro de 2011. Acesso: www.diplomatique.org.br/o-fracasso-das-nacoes-unidas-no-haiti/ Acesso feito em 24 de Junho de 2017;

FONTOURA, Jorge. Por que o Brasil quer a ONU. Correio Braziliense, publicado em 24 de Outubro de 2013. Acesso: www.csnu.itamaraty.gov.br/artigos?id=79 Acesso feito em 15 de Janeiro de 2018;

FOREQUE, Flávia. Hollande defende Brasil no Conselho de Segurança da ONU. Folha de São Paulo, publicado em 12 de Dezembro de 2013. Acesso: www.csnu.itamaraty.gov.br/artigos?id=94 Acesso feito em 15 de Janeiro de 2018;

GARCIA, Eugênio Vargas. De como o Brasil quase se tornou membro permanente do Conselho de Segurança da ONU em 1945. Revista Brasileira de Política Internacional. Brasília, 2011;

GARCIA, Eugênio Vargas. O Sexto Membro Permanente: O Brasil e a criação da ONU. Editora Contraponto – Rio de Janeiro, 2012;

LOPES, Dawisson Belém; SALIBA, Aziz Tuffi. Reforma do Conselho de Segurança demanda improvável conjunção de fatores. Folha de São Paulo, publicado em 4 de Dezembro de 2013. Acesso: www.csnu.itamaraty.gov.br/artigos?id=92 Acesso feito em 15 de Janeiro de 2018;

MELLO, Eduardo. A reforma do Conselho de Segurança. Le Monde diplomatique Brasil, Edição 106, publicado em 3 de Maio de 2016. Acesso: www.diplomatique.org.br/a-reforma-do-conselho-de-seguranca/
Acesso: www.noticias.r7.com/brasil/noticias/lula-cria-35-novas-embaxadas-e-abre-quatro-vezes-mais-vagas-para-diplomatas-20091101.html Acesso feito em 24 de Junho de 2017;

MESTIERI, Gabriel. Lula cria 35 novas embaixadas e abre quatro vezes mais vagas para diplomatas. Portal de Notícias R7, publicado em 1 de Janeiro de 2009. Acesso em 24 de Junho de 2017

PATRIOTA, Antonio de Aguiar. Hora de Reformar. O Globo, publicado em 28 de Abril de 2013. Acesso: www.csnu.itamaraty.gov.br/artigos?id=65 Acesso feito em 15 de Janeiro de 2018;

Portal do site do Itamaraty onde há conteúdo sobre o G4. Acesso: www.itamaraty.gov.br/pt-BR/component/tags/tag/g4-brasil-alemanha-india-e-japao
Acesso feito em 15 de Janeiro de 2018;

Portal do site do Itamaraty onde há conteúdo sobre a Reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Acesso: www.csnu.itamaraty.gov.br Acesso feito em 15 de Janeiro de 2018;

RAFFESTIN, Claude. Por Uma Geografia do Poder. Tradução: FRANÇA, Maria Cecília. Editora Ática – São Paulo, 1993;

ROBERT, Anne-Cécile. ONU: como se desfazer dela? Le Monde diplomatique Brasil, Edição – 55, publicado em 6 de Fevereiro de 2012. Acesso: www.diplomatique.org.br/onu-como-se-desfazer-dela/ Acesso feito em 24 de Junho de 2017;

ROBERT, Anne-Cécile. Uma preocupante mudança de atitude nas relações internacionais. Le Monde diplomatique Brasil, Edição – 75, publicado em 2 de Outubro de 2013. Acesso: www.diplomatique.org.br/uma-preocupante-mudanca-de-atitude-nas-relacoes-internacionais/ Acesso feito em 24 de Junho de 2017;

RODRIGUES, Gilberto. Brasil quer a reforma da ONU. A Tribuna de Santos, publicado em 29 de Abril de 2013. Acesso: www.csnu.itamaraty.gov.br/artigos?id=66 Acesso feito em 15 de Janeiro de 2018;

ROSAS, Maria Cristina. A Reforma da Organização das Nações Unidas *in* Governança Global et al. Fundação Konrad Adenauer – Rio de Janeiro, 2009;

STUENKEL, Oliver. O Brasil e a reforma do Conselho de Segurança da ONU: um sonho impossível? Brasil Post, publicado em 1 de Maio de 2014. Acesso: www.csnu.itamaraty.gov.br/artigos?id=86 Acesso feito em 15 de Janeiro de 2018;

TEXIER, Philippe. Mudança pela metade. Le Monde diplomatique Brasil, Acervo Online, publicado em 1 de Outubro de 2006. Acesso: www.diplomatique.org.br/mudanca-pela-metade/ Acesso feito em 24 de Junho de 2017;

THAROOR, Shashi. Secretário-geral das Nações Unidas, um trabalho impossível. Le Monde diplomatique. Edição – 107, publicado em 6 de Junho de 2016. Acesso: www.diplomatique.org.br/secretario-geral-das-nacoes-unidas-um-trabalho-impossivel/ Acesso feito em 24 de Junho de 2017;

WASSERMANN, Rogério. G4 E União Africana vão buscar proposta conjunta de reforma. Folha de São Paulo, publicado em 9 de Julho de 2005. Acesso: www.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0907200531.htm Acesso feito em 15 de Janeiro de 2018.

